

ISSN 2318-9282

número 6

ano 3

mar 2015

des;idades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

6

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



NIPIAC

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e a Adolescência Contemporâneas

APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Heloisa Dias Bezerra

Lucia de Mello e Souza Lehmann

Maria Carmen Euler Torres

Renata Alves de Paula Monteiro

Sonia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Alexandre Bárbara Soares

Carina Borgatti Moura

Felipe Salvador Grisolia

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Bello

Lis Albuquerque Melo

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Suzana Santos Libardi

EQUIPE TÉCNICA

Arthur José Vianna Brito

Clara Marina Hedwig Willach Galliez

Isa Kaplan Vieira

Luciana Mestre

Marina Del Rei

Paula Pimentel Tumolo

REVISORA

Sheila Kaplan

TRADUTORA

Flavia Ferreira dos Santos

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Heloísa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane

Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

índice

EDITORIAL 7

TEMAS EM DESTAQUE

“Foi o Estado”

O caso dos jovens desaparecidos de Ayotzinapa e a crise política no México 10

Rogelio Marcial

O lúdico em questão

Brinquedos e brincadeiras indígenas 25

Rita de Cássia Domingues-Lopes

Assis da Costa Oliveira

Jane Felipe Beltrão

ESPAÇO ABERTO

O Uruguai e a redução da maioria penal

O fracasso eleitoral do punitivismo 40

ENTREVISTA DE *Adriana Molas*

COM *Luis Eduardo Morás*

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

RESENHAS

Los chicos en la calle

llegar, vivir y salir de la intemperie urbana 50

RESENHA POR *María Florencia Gentile*

La custodia de los hijos en las parejas separadas
conflictos privados y obligaciones públicas 54

RESENHA POR *Bárbara Zapata Cadavid*

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 58

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 61

De 2006 a 2014, em nome da guerra contra o crime organizado, 45 mil pessoas foram mortas no México, a imensa maioria das vítimas sendo jovens do sexo masculino. No Uruguai, para um adulto pobre, existem sete a oito crianças ou jovens pobres, os primeiros a serem afetados nas crises econômicas nacionais e internacionais, e os últimos a se beneficiarem em caso de fortalecimento econômico. Essa situação estrutural de desigualdade econômica, social e cultural de crianças e jovens é abordada nesta edição da DESIDADES sob o prisma da responsabilidade do Estado que, como um terceiro, deve supostamente regular e fiscalizar para que este grupo geracional não seja vitimizado por graves opressões e injustiças. Lamentavelmente, nem sempre isto ocorre, e na América Latina abundam exemplos de descaso estatal, negligência e cinismo que tem conduzido à dizimação de parcelas da população jovem e infantil .

No artigo que se intitula, “Foi o Estado: o caso dos jovens desaparecidos de Ayotzinapa e a crise política no México”, do pesquisador mexicano Rogelio Marcial, se analisa a implicação direta e estarrecedora do Estado mexicano no desaparecimento de 43 jovens normalistas rurais, do sexo masculino, que se dirigiam de sua cidade natal, Ayotzinapa, rumo à Cidade do México, capital, para participar de uma passeata. A brutalidade destes acontecimentos ganhou destaque nos meios de comunicação, dentro e fora do México, desde o final do ano passado frente à mobilização dos pais e familiares destes jovens, e de inúmeros setores da sociedade mexicana. “Foi o Estado” indica o contexto de afundamento da crise política, mas também psíquica e moral, no México onde a vida de jovens se torna o que há de mais descartável e sem importância frente a um Estado decadente movido pelo poder de grupos políticos financiados pelo narcotráfico. Esta situação encontra ressonâncias nos diversos países latino-americanos. As conclusões do autor são intrigantes, e nos fazem pensar sobre como redemocratizar a democracia a partir de situações específicas, como essas que atingem de forma brutal jovens e crianças.

Na seção Espaço Aberto, trazemos a entrevista “O Uruguai e a redução da maioria penal: o fracasso eleitoral do punitivismo”, conduzida pela professora Adriana Molas com o diretor do Instituto de Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade da República, no Uruguai, Professor Luis Eduardo Morás. A entrevista aprofunda a discussão sobre o rebaixamento da idade penal no Uruguai, questão que foi objeto de um plebiscito recente de mudança constitucional para a redução da maioria penal naquele país. Morás analisa com argúcia os vários aspectos relevantes desta situação: a desafiliação simbólica de muitos jovens que não são sujeitos de direitos mínimos de

educação e saúde, tal como prescrevem as leis, e que são impelidos a uma situação de deriva social; a insegurança pública como uma das mais relevantes demandas da sociedade e como ela encontra a solução fácil de culpabilização dos jovens pobres; a omissão do Estado cujos serviços de sócio-educação não conseguem reverter a situação inicial de iniquidade e injustiça dos jovens pobres; a mistificação da questão da segurança que é superdimensionada pelos meios de comunicação e desfigurada por uma análise enviesada e preconceituosa. Enfim, a entrevista nos traz uma análise política da sociedade uruguaia, do poder estatal e das lutas entre os diversos setores sociais cujos projetos de país e sociedade se antagonizam. O plebiscito, nas palavras de Morás, configurou “uma batalha cultural, ao promover uma visão sobre a origem dos problemas da violência e dos diversos mal-estares existentes, atribuindo responsabilidades específicas e se alimentando da extensão do medo para promover como única resposta possível o aprofundamento da punitividade.” No entanto, como o plebiscito não aprovou a redução da maioria penal, se fissurou a hegemonia em torno da repressão como saída privilegiada para a solução de problemas de segurança e se abriu a perspectiva em torno de se evitar retrocessos no campo das garantias legais para jovens e crianças.

O interessante artigo “O lúdico em questão: brinquedos e brincadeiras indígenas”, de Rita de Cássia Domingues-Lopes, Assis da Costa Oliveira e Jane Felipe Beltrão, professores e pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins e Universidade Federal do Pará, nos brinda com a perspectiva antropológica do se fazer criança no contexto cultural indígena onde a brincadeira se desenrola, não exatamente propiciada pela interrupção da rotina, mas, ao contrário, ao longo das próprias atividades rotineiras. Os autores problematizam a universalidade dos modelos de socialização humana que levam à invisibilidade de outras formas de se fazer criança frente a práticas e saberes **sobre a criança, da criança** e que resultam, segundo os autores, no “**saber tornar-se criança**”. A brincadeira nas sociedades indígenas realiza o próprio processo de tornar-se pessoa ensejando a experimentação dos lugares sociais e suas identidades relacionais apoiada pelos valores, interesses e finalidades culturais. Os autores apontam que a discussão sobre as brincadeiras nas sociedades indígenas leva a uma desconstrução de normas e ideais sobre modos de vida e conceitos de pessoa: ao tensionar tais modelos normativos o “outro lúdico” pode ensejar uma **simbolização democrática**, segundo os autores, evidenciando a pluralidade no âmbito da igualdade humana.

Na seção das Informações Bibliográficas, trazemos duas resenhas. Bárbara Zapata é a autora da resenha do livro “La custodia de los hijos en las parejas separadas: conflictos privados y obligaciones públicas” (A custódia dos filhos de casais separados: conflitos privados e obrigações públicas), de Yolanda López Díaz. Discursos de ordens diversas tecem uma emaranhada teia por onde pais, filhos e o estado proveem, disputam ou se

omitem das funções de proteção e educação das crianças. Na resenha de Maria Floren-
cia Gentile, sobre o livro de Rodolfo Garcia Silva, “Los chicos en la calle: llegar, vivir y salir
de la intemperie urbana” (As crianças na rua: chegar, viver e sair da intempérie urbana),
há um resgate da experiência na, e da rua vivida por estas crianças: daí, a importância
de dar substância e legitimidade a uma experiência que é frequentemente considerada
“fora do lugar”. Assim, segundo a autora, o livro de Rodolfo Garcia apresenta um ce-
nário complexo das trajetórias, sentimentos e ações de meninos e meninas na rua que
colocam dilemas morais para essas crianças, como também para aqueles que estão in-
cumbidos de cuidar deles em programas e serviços públicos de assistência social.

Finalmente, como parte da agenda programática da DESIDADES, trazemos para os leito-
res e leitoras as novidades em publicações sobre infância e juventude na América Latina
neste primeiro trimestre de 2015. Cremos que o levantamento bibliográfico contribui
para que o conhecimento sobre e da infância e juventude circule, ganhe leitores e aden-
se a discussão sobre as questões que afetam jovens e crianças latino-americanas.

Lucia Rabello de Castro

EDITORA CHEFE

“Foi o Estado”

O caso dos jovens desaparecidos de Ayotzinapa e a crise política no México

“[...] ante o desastre do país, o vazio das autoridades e onde o crime organizado se confunde com os políticos, só nos resta refundar o Estado.”

Francisco Toledo
(artista plástico mexicano)

FOTO Rogélio Marcial

Rogélio Marcial

Os fatos

Durante a tarde de sexta-feira, 26 de setembro de 2014, um grupo de 46 estudantes da Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos, no povoado de Ayotzinapa, no estado mexicano de Guerrero, partia de ônibus dessa localidade em direção à cidade de Iguala. iam para a Cidade do México para participar da passeata comemorativa do dia 2 de outubro de 1968, quando o Exército mexicano disparou contra milhares de estudantes em Tlatelolco por ordem do então presidente Gustavo Díaz Ordaz (do Partido Revolucionário Institucional, PRI). No caminho, estes 46 jovens (todos do sexo masculino) parariam em Iguala para “arrecadar dinheiro” (“passar o pires”) e cobrir, assim, os gastos de viagem.

Eles aproveitariam um comício, que se realizava na praça central de Iguala, no qual, a então Titular do DIF¹ municipal, María de los Ángeles Pineda Villa, iria entregar seu relatório anual, seriam celebrados os avanços desta seção e convidadas as pessoas a apoiarem a possibilidade de que Ángeles Pineda fosse lançada como candidata do PRD (Partido da Revolução Democrática) à prefeitura de Iguala, cargo ocupado naquele momento por seu esposo, José Luis Abarca Velázquez, também pelo PRD. A intenção dos jovens era, além de “arrecadar dinheiro”, sabotar os festejos oficiais do casal no poder, que tinha mantido na prefeitura uma política de cortes de orçamento e de liberdades na escola rural onde estudavam. A chegada dos estudantes a Iguala chegou aos ouvidos de Abarca, que ordenou a Felipe Flores Velázquez, então chefe de Segurança Pública de Iguala e hoje fugitivo, interceptar o veículo e evitar assim a pretendida intromissão dos jovens no ato oficial da sua esposa.

Sem que estejam claros os motivos e os detalhes, a polícia de Iguala fez um cerco na estrada que dá entrada à cidade e, sem cerimônia, abriu fogo contra o ônibus dos estudantes. Ali dois deles caíram mortos e um ficou gravemente ferido. Além disso, as balas atingiram outras três pessoas (chamadas pelo governo de “vítimas colaterais”), tirando-lhes a vida. Ante estes acontecimentos, e com a chegada de professores ao lugar para auxiliar os alunos, foi solicitado o apoio do Exército dessa zona para proteger os estudantes e transferir o ferido para um hospital. A resposta foi ignorá-los e abandoná-los à própria sorte (ver La Jornada, 2015a). Os demais estudantes tentaram fugir no ônibus. Foram perseguidos e, em outra localidade, houve outro tiroteio, já na madrugada do sábado, 27 de setembro. A polícia se confundiu e disparou em um outro ônibus, que transportava a equipe de futebol da terceira divisão (semiprofissional) dos Avispones de Chilpancingo (Guerrero), matando um dos seus integrantes e ferindo outros (mais “vítimas colaterais”). No total, em ambos os tiroteios, foram seis mortos (três deles estudantes de Ayotzinapa) e cinco feridos graves, além de 43 estudantes desaparecidos. Quando finalmente o ônibus dos estudantes foi detido pelos policiais, aos quais se somaram policiais de Cocula (município vizinho a Iguala), os 43 jovens foram trasladados e entregues a membros do Cartel Guerreros Unidos por ordem de Felipe Flores. Sabe-se hoje que os policiais de Iguala e Cocula que participaram do episódio supuseram que os estudantes eram membros do Cartel de Los Rojos, inimigos ferrenhos de Guerreros Unidos. Encabeçados por El Cepillo (Felipe Rodríguez Salgado), membros de Guerreros Unidos executaram os estudantes e calcinaram os corpos para não deixarem provas (La Jornada, 2015e). El Cepillo confessou que, também acreditando que os estudantes faziam parte de Los Rojos, interrogou-os e percebeu que eram só alunos da Normal Rural. Mas ele afirmou que recebeu a maioria dos estudantes já mortos e que executou os que restavam com vida.

1. O sistema DIF (Desenvolvimento Integral da Família) do governo mexicano é encarregado da atenção, por meio de políticas públicas, do bem-estar das famílias e centra os seus esforços nas crianças. Tem representação nos três níveis de governo (nacional, provincial e municipal) e uma nociva tradição de funcionamento, desde a sua fundação, que indica as esposas dos funcionários na ativa como titulares “de fachada” (só de figuração), pois também se nomeia um(a) presidente operativo(a). Assim, a esposa do Presidente da República em exercício é a titular do DIF nacional, a do Governador é a titular do DIF estatal (de cada província do país) e a esposa do Prefeito é a titular do DIF municipal.

“O sujeito [“El Cepillo”] detalhou que em 26 de setembro ele e outros comparsas receberam a ordem de abordar uns veículos para ajudar o pessoal de Gildardo López, pseudônimo “El Cabo Gil”, lugar-tenente do líder de Guerreros Unidos, Sidronio Casarubias. No lugar conhecido como Loma de Coyotes esperavam por ele “El Cabo Gil” e os comandos das polícias municipais de Iguala e Cocula em cinco patrulhas e uma camionete branca com gaiola boiadeira de três toneladas, onde estava detido um grupo de jovens. Segundo declarações, eles puseram os estudantes neste veículo e os levaram para o lixão de Cocula. Cerca de 25 já estavam mortos por asfixia e restavam uns 15 vivos, que foram mortos a tiros e calcinados para depois eles voltarem para Iguala. Os restos calcinados foram colocados em sacolas pretas de plástico que depois foram lançadas no rio San Juan de Cocula” (Sin Embargo, 2015).

A notícia destes lamentáveis acontecimentos logo se espalhou pelo território nacional para posteriormente circular nos meios internacionais. Os pais dos estudantes desaparecidos se organizaram e, com o apoio da sociedade civil, exigiram a entrega deles sob o lema “¡foram levados vivos, vivos os queremos!”. O governo federal, através da PGR (Procuradoria Geral da República), pegou o caso tardiamente (quase uma semana depois dos acontecimentos) e se iniciou uma busca exaustiva dos estudantes pela zona. Foram detectadas várias fossas clandestinas com corpos mutilados e/ou calcinados nos arredores de Iguala, mas sem confirmar que eram dos estudantes. O governo de Enrique Peña Nieto enfatizou que não deixariam de procurá-los até encontrarem provas contundentes do seu paradeiro, vivos ou mortos. Mas não pôde explicar a razão de tantos corpos encontrados em fossas clandestinas, deixando transparecer com isso a terrível situação que se vive em Guerrero devido à presença de cartéis do crime organizado, estritamente associados às autoridades estatais e municipais.

Os pais dos desaparecidos receberam o apoio de um grupo argentino de antropólogos forenses, que, frente à desconfiança em relação ao governo, conseguiram detectar restos de ossos em diferentes fossas e reuni-los como deve ser feito. Por sua parte, o governo mexicano enviou muitos destes restos humanos para o Instituto de Medicina Forense da Universidade de Innsbruck (Áustria), especializado nestes casos. Até a data de hoje, sabe-se que um dos ossos menos calcinados encontrados no lixão de Cocula (Guerrero) pertenceu a um dos estudantes de Ayotzinapa (Alexander Mora Venancio). Os demais foram analisados pelos especialistas austríacos, que concluíram quatro meses depois dos acontecimentos que “[...] depois da aplicação de uma técnica de quantificação muito sensível para avaliar a quantidade de DNA mitocondrial, não se encontrou quantidade útil de DNA que permitisse obter um perfil genético sob esta técnica” (La Jornada, 2015b). O passo seguinte é aplicar outra técnica mais sofisticada, conhecida como sequenciamento massivo paralelo, que consegue detectar mais DNA do que a já empregada de quantificação. No entanto, os especialistas austríacos não garantem ter sucesso com esta técnica devido ao grau de calcinação dos ossos enviados. Esclareceram, porém, que é altamente provável que, depois de aplicá-la, os restos fiquem ainda mais deteriorados e incapazes de contribuir com alguma informação. No relatório, reconhecem que é o caso mais difícil que já enfrentaram em sua história e que não seria

possível obter nenhum resultado antes de três meses (isto é, até o final de abril de 2015). O Procurador Geral da República, Jesús Murillo Karam², com o argumento de que se a evidência não contribui com dados então já não é evidência, autorizou o laboratório da Universidade de Innsbruck a proceder com a nova análise. Ante a dificuldade deste caso forense, especialistas alemães também ofereceram o seu apoio ao governo mexicano.

Em 23 de outubro de 2014, Ángel Aguirre Rivero solicitou licença do cargo de Governador de Guerrero, a pedido do seu partido político, o PRD, para ajudar com isso nas investigações. Existia a exigência de se declarar o “desaparecimento de poderes”³ em Guerrero e esta saída do governador era uma tentativa de não se chegar a isso. O Congresso estatal nomeou Rogelio Ortega Martínez como governador interino até novas eleições.⁴ Por sua vez, a PGR, encabeçada por Murillo Karam, deteve quase uma centena de supostos responsáveis por estes atos de barbárie, entre os quais estão o ex-prefeito de Iguala, José L. Abarca (já acusado de delinquência organizada, sequestro e homicídio qualificado), a sua esposa, Ángeles Pineda (acusada de delinquência organizada, delitos contra a saúde e operação com recursos de procedência ilícita), agentes da polícia de Cocula e de Iguala, e membros do Cartel Guerreros Unidos (entre os quais se encontram El Cepillo, El Cabo Gil e o líder Sidronio Casarrubias). Foi detido também César Miguel Peñaloza Santana, prefeito de Cocula, mas depois foi liberado por “falta de provas”. O grande ausente entre os detidos e peça-chave dos atos de barbárie é, até o momento, Felipe Flores, cujo paradeiro é desconhecido. As mobilizações cidadãos durante estes quatro meses conseguiram a solidariedade dentro e fora do México. As redes que foram sendo tecidas, inclusive em nível internacional, conseguiram pôr em xeque o governo federal de Peña Nieto e manchar com isso o suposto avanço do México em matéria econômica, de segurança social, de democratização do país e, obviamente, do triunfo na luta contra o crime organizado. Peña Nieto e a sua equipe receberam duras críticas acerca de sua ineficiência, principalmente no exterior, o que implica em uma profunda crise de legitimação.⁵

2. Murillo Karam foi duramente criticado quando, em uma conferência de imprensa, ante a incapacidade da PGR de esclarecer o que aconteceu, afirmou já estar “cansado”.

3. “La desaparición de poderes” é um ato de intervenção federal no Estado em questão, cujo governador é destituído e é nomeado outro em seu lugar. (N.T.)

4. Em um afã de legitimar suas ações ante a crise política originada pelos lamentáveis acontecimentos em Ayotzinapa, o governo decide nomear Ortega como governador interino devido a seus antecedentes. Ortega é professor da UAGro (Universidade Autônoma de Guerrero, a universidade pública desta província) desde os anos 70 do século XX. Sociólogo com Mestrado em Estudos Latino-americanos pela Universidade Complutense (Espanha), foi dirigente estudantil na própria UAGro e duas vezes candidato a reitor. Militou na ACNR (Associação Cívica Nacional Revolucionária, braço político do movimento guerrilheiro de Genaro Vázquez durante os anos 1970 e 1980). Em 2009 foi denunciado ante a PGR por supostas ligações com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), sem que se comprovasse nada. Também teve cargo público como titular da Subsecretaria de Educação Média e Superior de Guerrero, sob as ordens de Zeferino Torreblanca, outro governador saído das fileiras do PRD. É autor de vários livros e artigos acadêmicos, e personagem reconhecido por sua luta pela democracia.

5. Como aconteceu durante os últimos anos com o caso do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) de Chiapas, no sudoeste mexicano, a vinculação, difusão e apoio do exterior têm conseguido um impacto muito mais forte sobre o Estado mexicano do que o que acontece quando os problemas nacionais ficam “encerrados” no México.

Finalmente, as mobilizações e os protestos se mantêm em Guerrero, sobretudo em Chilpancingo (a capital), Iguala e Acapulco, devido aos pais dos estudantes, aos seus companheiros da Normal Rural, a CETEG⁶ (Coordenadora Estatal dos Trabalhadores da Educação de Guerrero) e a algumas forças cidadãs. Com cores de uma guerra civil, a ingovernabilidade nesta província implicou em ações violentas por parte de manifestantes, que atearam fogo a instalações, veículos e equipamento da polícia, do governo e do comércio, especialmente em Iguala e Chilpancingo. As mobilizações em outras partes do país diminuíram, apesar da existência de coletivos e organizações que acompanham de perto os acontecimentos e difundem informação a respeito, apoiando os estudantes companheiros e os pais de família dos desaparecidos. Esta situação também traz consigo uma grande incerteza sobre o processo eleitoral que em junho de 2015 elegerá o novo governador de Guerrero, já que a CEGET tem declarado em diferentes ocasiões que não permitirá que estas se realizem. Por sua vez, frente ao fracasso das provas com os restos humanos enviados à Áustria, os familiares dos 42 estudantes desaparecidos declararam, através de Vidulfo González (advogado deles e coordenador jurídico do Centro de Direitos Humanos da Montanha Tlachinollan), que para eles seus filhos ainda estão vivos e que não abandonarão as buscas. Por isso, estudantes da Normal Rural de Ayotzinapa e membros de organizações civis se uniram aos pais de família para manterem uma “busca cidadã” permanente dos jovens na região de Iguala.

O contexto

A Escola Normal Rural de Ayotzinapa faz parte de instituições similares fundadas nos anos 20 do século XX em todo o país. Posteriormente, o então presidente da República, o emblemático general Lázaro Cárdenas del Rfo, fortaleceu o seu funcionamento. Este general, que expropriou os bens da indústria petrolífera do país, de empresas transnacionais, e os colocou nas mãos do governo e da sociedade (apesar de que hoje, com a Reforma Energética, foi dado fim a isso), se caracterizou por exercer o poder a partir de uma visão popular de apoio às massas trabalhadoras. Ele é o grande “progenitor” do atual PRI. Foi em 1938 e sob o seu governo que o PNR (Partido Nacional Revolucionário, fundado em 1929 por Plutarco Elías Calles, que aglutinou os militares que encabeçaram o movimento armado de 1910 contra o ditador Porfirio Díaz) tornou-se o PRM (Partido da Revolução Mexicana), que, em 1946, mudaria para PRI e apresentaria como candidato à presidência da República Miguel Alemán Valdez. O importante trabalho do general Cárdenas, neste sentido partidário, foi que sob a sua tutela o PRM estruturou uma organização de bases sociais, integradas pela central operária CTM (Confederação dos Traba-

6. No México, o movimento sindical dos professores se encontra dividido entre duas organizações. A oficial, o SNTE (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação), subordinada ao governo e dirigida por muitos anos por Elba Esther Gordillo, hoje presa por enriquecimento ilícito, desvio de recursos, lavagem de dinheiro e associação criminosa; e a CNTE (Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Educação), radicalmente oposta ao SNTE e muito mobilizada, sobretudo em Oaxaca, Guerrero e Chiapas. A CETEG faz parte da CNTE.

lhadores do México), pela central camponesa CNC (Confederação Nacional Camponesa) e pela central urbana CNOP (Confederação Nacional de Organizações Populares).⁷ Estes pilares deram força ao partido que governou o México por mais de 70 anos ininterruptos e que hoje voltou ao poder com Peña Nieto, depois de 12 anos de governo do PAN (Partido Ação Nacional). Com isso, conseguiram fazer frente aos embates das forças sociais de um partido conservador (PAN), que nasceu como inconformidade cidadã dos empresários, comerciantes e das classes médias e altas ante o “eterno” triunfo do PRI; e aos embates da esquerda mexicana, que se institucionalizou com o PCM (Partido Comunista Mexicano), que durante os anos 1960 e 1970 se configurou como um forte adversário representante das classes populares, e mais tarde com Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano (filho do general Lázaro Cárdenas) e Andrés Manuel López Obrador através do PRD, que não conseguiu, como o PAN, vencer as eleições presidenciais.⁸

Mas, voltando às escolas rurais, o general Cárdenas fortaleceu-as durante seu governo (1934-1940), a partir de uma visão de empoderamento dos camponeses e suas famílias. São formadoras de professores em nível básico (primária) e desde que foram fundadas até os dias de hoje, estas escolas representam a única possibilidade de os filhos de camponeses conseguirem estudos de nível médio e superior e, assim, contarem com mais elementos para tirar as suas famílias da pobreza e da exclusão. Posteriormente, como já é conhecido, a proposta educativa de Cárdenas se baseou em uma visão de esquerda, e inclusive ele procurou instaurar o que chamou de “educação socialista”, que pretendeu formar as grandes massas populares do México com os objetivos de ajudar a superar as diferenças sociais e equiparar o bem-estar social a partir de uma distribuição mais justa da riqueza nacional. Apesar de, em diferentes âmbitos, o currículo escolar baseado na educação socialista ter sido paulatinamente abandonado, as escolas rurais se mantiveram fiéis a ele. Isso propiciou a vinculação de estudantes destas escolas rurais com movimentos camponeses e populares, e inclusive com movimentos guerrilheiros, durante os últimos 80 anos.

A Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos de Ayotzinapa foi fundada em 2 de março de 1926 pelo próprio Burgos (homenageado em seu nome) e com o apoio de centenas de camponeses da região. Ela conseguiu formar 88 gerações de professores provenientes das zonas mais pobres de Guerrero e de outros lugares similares do México (Oaxaca, Chiapas, Morelos, Tlaxcala e Cidade do México) (UNIVISIÓN Noticias, 2014). Os guerrilheiros Lucio Cabañas Barrientos e Genaro Vázquez Rojas foram egressos das salas de aula desta instituição e os seus movimentos armados estiveram sempre vinculados aos estudantes da Normal Rural de Ayotzinapa. Estes estudantes se enfrentaram em diferentes

7. Sabe-se que o plano inicial do general Cárdenas incluía também uma central militar, mas ante o temor de que as forças armadas interviessem, a partir do partido, no Estado mexicano, a ideia foi deixada de lado. A integração se deu, pelo contrário, com privilégios e autonomia exagerada para seus integrantes, principalmente para seus altos mandatários.

8. Estes são os três grandes partidos que lideram as preferências dos mexicanos, entre outros mais modestos: o PRI, de centro-direita, o PAN, de extrema direita, e o PRD, de esquerda.

ocasiões contra o Estado mexicano e as suas políticas. Por exemplo, em 1941, tiveram um grande conflito com o então presidente da República, Manuel Ávila Camacho (PRI), que mandou prender vários alunos da escola sob a acusação de “insurreição”, depois que eles decidiram começar uma greve para exigir do governo o orçamento de ajuda que ele quis negar. A acusação se baseou no fato de os alunos terem decidido tirar a bandeira mexicana içada no mastro do pátio central da escola para colocar no seu lugar a bandeira vermelha e preta, anunciando assim o movimento de greve, com a exigência de não retirá-la enquanto o governo não cumprisse o seu compromisso.⁹ Em 1975, o Exército mexicano entrou e tomou as instalações desta escola por ordem do presidente Luis Echeverría Álvarez (PRI), depois de o grupo guerrilheiro de Lucio Cabañas ter sequestrado o então governador de Guerrero, Rubén Figueroa Figueroa. Com a chegada do século XXI, os estudantes de Ayotzinapa centraram a sua luta contra os cortes cada vez mais drásticos de orçamento (que, inclusive, repetidas vezes, ameaçaram a escola de desaparecer) e, especialmente, para exigir outro dos compromissos que o Estado mexicano tem com estas escolas rurais: a dotação de vagas para os seus egressos como professores em escolas primárias públicas da região. Em 2005, 2007 e 2011, os estudantes bloquearam a Autopista del Sol (autoestrada que conecta a Cidade do México com Acapulco, o principal centro turístico do país) e sitiaram a sede do Congresso de Guerrero em repetidas ocasiões, o que provocou grandes enfrentamentos, com detidos, feridos e inclusive mortos (UNIVISIÓN Noticias, 2014). Atualmente, os estudantes de Ayotzinapa têm sido vinculados pelo Estado mexicano, o governo estatal e as forças armadas com o movimento guerrilheiro ERPI (Exército Revolucionário do Povo Insurgente), organização que, dizem, forma seus quadros com estes jovens. Além disso, o vínculo direto dos seus estudantes com a CNTE através da CETEG, organização docente mencionada, que tem sido muito combativa, especialmente na zona mais pobre do país (Chiapas, Oaxaca e Guerrero) e na capital da República, posicionaram estes estudantes como parte dos “inimigos públicos” mais “perigosos” do Estado mexicano.

As implicações profundas

São variadas e muito complexas as implicações dos lamentáveis atos acontecidos em Iguala em setembro de 2014. No meu entender, eles têm a ver com a evidência de uma grave crise de legitimação do Estado mexicano no interior e no exterior do país¹⁰, tanto pela incapacidade e falta de vontade política do governo encabeçado por Enrique Peña Nieto para oferecer segurança aos cidadãos e resolver, de maneira transparente e eficaz, este tipo de ações provenientes daqueles que dirigem as instituições públicas

9. Uma característica destas escolas rurais é que, desde a sua fundação, elas têm a obrigação não só de instruir os futuros professores do primário (nível que atende a crianças de 6 a 11 anos aproximadamente), mas, além disso, devem oferecer lugares para eles viverem, para alimentação e assistência médica gratuita.

10. Ver, por exemplo, a dura crítica do diário *The Economist* (La Jornada, 2015f) ao chamar de “pântano mexicano” a situação provocada por Peña Nieto desde que assumiu o governo.

no México, quanto por demonstrar aos mexicanos e à comunidade internacional que opera neste país o que Reguillo (2014) chamou acertadamente de “narco máquina”, “[...] essa terrível articulação entre os poderes proprietários (políticos, econômicos, delituais) [...]”. Por um lado, e tratando de “lavar as mãos”, a equipe de Peña Nieto manteve uma posição inaceitável ao abordar nas primeiras semanas estes acontecimentos como responsabilidade única das autoridades locais.¹¹ Só era necessário capturarem e prenderem José Luis Abarca e a sua esposa, María de los Ángeles Pineda, pelo acontecido, que se originava nos vínculos destes com o crime organizado e na falta de controle do PRD sobre seus militantes e funcionários em Guerrero. Um caso isolado, de exagerada barbárie, sim, mas meramente pontual. Algo tão distante de nossa realidade.

“[...] tão somente em 2012 tinham falecido 20.658 jovens por causas violentas. A morte por agressão para homens e mulheres chegou nesse ano a 44.1%, 16.298 vidas jovens abortadas pelas violências diretas que assolam este país. Estes dados, aos quais se somavam outros, muitos dados terríveis que foram se acumulando desde 2006, deveriam ter bastado para declarar um estado de emergência nacional. Mas não foi assim. Nestes dias terríveis, Javier Sicilia, o poeta que deixou de ser poeta por causa da dor que o atravessou sem aviso, quando o seu filho foi executado, disse que **‘o PRI achou que poderia administrar o inferno’**. Nada mais certo” (Reguillo, 2014).¹²

A situação de violência iniciada em 2006 pelo então presidente da República, Felipe Calderón Hinojosa (PAN)¹³, a partir da instauração do que ele chamou de Guerra Contra o Crime Organizado, produziu no México até 2014, segundo distintas fontes, entre 20 mil e 45 mil mortos (vítimas de matadores de aluguel, de sequestradores, de assaltantes, de extorquistas, policiais, soldados, delinquentes, funcionários, eclesiásticos e as chamadas “vítimas colaterais”), entre os quais a imensa maioria é de jovens do sexo masculino.

Por sua vez, ao procurar enfrentar o caso partindo de uma suposta preocupação performativa nos meios de comunicação pelo bem-estar dos jovens estudantes e pela imperativa necessidade de encontrá-los vivos (ou os seus restos) para tranquilizar as famílias, tentou normalizar (naturalizar) a violência institucional, paralegal e ilegal que se evidenciava na zona com cada fossa clandestina descoberta dia a dia.

“Chegamos a tal ponto que o Procurador Geral da República, o priista Jesús Murillo Karam, disse, quase aliviado, que os 28 corpos encontrados nas primeiras fossas clandes-

11. Como parte desta postura, Enrique Peña Nieto aderiu a uma campanha de protesto, através do *Twitter*, que exigia o aparecimento dos estudantes (*#TodosSomosAyotzinapa*), recebendo uma multidão de críticas e uma desaprovação generalizada, que geraram outra campanha, *#TuNoEresAyotzinapa*, em português *#VocêNãoéAyotzinapa*. Milhares de cibernautas queriam deixar claro que Peña Nieto não podia se apresentar assim com semelhante descaro, era melhor que se encarregasse de encontrar os jovens estudantes.

12. Negrito e sublinhado no original.

13. Calderón Hinojosa (2006-2012) substituiu Vicente Fox Quezada (2000-2006) na Presidência da República, sendo estes períodos os únicos da história do México que não foram governados pelo PRI.

tinhas ‘descobertas’ em Iguala [...] não correspondiam aos dos normalistas, puf, alívio? Quem são então essas 28 pessoas, desde quando estão aí, por quê? As perguntas engasgam” (Reguillo, 2014).

O modo de funcionar da chamada “narco máquina” deixou um cruel ensinamento: apesar de o discurso oficial continuar usando a ideia de que o crime organizado se infiltrou entre os funcionários de diversos níveis do governo, que ambos estão de conluio, a verdade é que já não é pertinente distinguir entre ambos. São um só: funcionários e criminosos pertencem às mesmas famílias, convivem em festas, tomam café da manhã e jantam juntos, se alternam nos postos de governo. O exemplo está no próprio caso dos estudantes de Ayotzinapa. Os pais de María Ángeles Pineda e um de seus irmãos (Salomón) foram detidos em 2009 por narcotráfico. Seus pais estão presos, o irmão foi inexplicavelmente liberado e se suspeita que ele teve participação no desaparecimento dos estudantes de Ayotzinapa. Outros dois de seus irmãos (Alberto e Mario) foram assassinados, no mesmo ano, em disputas entre cartéis da droga. Pineda e Abarca, o “casal sinistro” de Iguala, foram criminosos e funcionários públicos simultaneamente.

“Três dos irmãos Pineda Villa – Alberto, Mario e Salomón –, cunhados do [então] fugitivo ex-prefeito de Iguala, José Luis Abarca, deram origem ao Cartel Guerreros Unidos. A vida dessa família se inscreve na história da luta pelo controle da “Tierra Caliente” guerrerense, disputada pelas máfias por ser rota estratégica do narcotráfico. Primeiro, a serviço de Chapo Guzmán e depois às ordens dos Beltrán Leyva, Alberto e Mario morreram em 2009. Salomón foi detido nesse mesmo ano, mas foi solto por deficiências na averiguação prévia e hoje está indiciado como um dos autores do ataque contra os normalistas de Ayotzinapa. E apesar de as autoridades o terem dado como capturado na quinta-feira, dia 9 [de outubro de 2014], na verdade, nesse momento, ninguém sabe onde ele está. [...] Segundo o processo penal 101/2009, a que teve acesso este semanário, Salo [...] foi detido em Cuernavaca junto com seu pai Salomón Pineda Bermúdez, a sua mãe Leticia Villa Ortuño e mais nove pessoas no dia 5 de maio de 2009, em uma operação da Secretaria de Segurança Pública (SSP) Federal, encabeçada por Genaro García Luna. Antecedentes e testemunhos ministeriais apontavam Salo e seus irmãos como narcotraficantes que operavam em Guerrero e Morelos pelo menos desde 2002, primeiro de forma independente, depois como chefes operacionais do Cartel de Sinaloa e em seguida dos Beltrán Leyva. [...] Em 2005, por instruções do Cartel de Sinaloa, os irmãos formaram uma célula de matadores de aluguel chamada Los Pelones, para controlar Guerrero. [...] esse grupo foi o antecedente de Guerreros Unidos, o grupo delinquente supostamente responsável pelo ataque de 26 de setembro em Iguala enquanto María de los Ángeles Pineda Villa apresentava seu segundo relatório como responsável pelo DIF municipal.” (Hernández, 2014).

O mais alarmante de tudo isso é que tanto o PRD local (Guerrero) e nacional quanto o governo mexicano estavam plenamente a par dos antecedentes familiares do “casal sinistro” e seu pertencimento direto ao Cartel Guerreros Unidos. Mesmo assim, o PRD

pretendia apresentar María de los Ángeles Pineda como candidata à prefeitura de Iguala para o período 2015-2018. Como explicar isso coerentemente?

A ineficácia do governo mexicano na resolução deste caso foi apontada e questionada por diferentes instâncias dentro e fora do México. Não só pelos erros técnicos no levantamento de provas, a negativa em dar transparência à informação obtida, a manifesta falta de interesse de muitos dos seus funcionários (especialmente o já “cansado” Murillo Karam) e a instauração de um diálogo conciliatório capaz de reverter a situação de ingovernabilidade em Guerrero; além disso, foi destacado que a PGR simplesmente não quis abrir e seguir a linha de investigação sobre a bastante provável cumplicidade do Exército mexicano nos acontecimentos de Iguala mesmo quando há claros indícios disso (La Jornada, 2015c). E a tentativa do governo mexicano, desde o início das averiguações, de se solidarizar com as famílias dos desaparecidos, ao anunciar que a PGR trabalharia “ombro a ombro” com eles na busca dos estudantes fracassou, já que a dita instância tinha se comprometido a informar previamente aos pais de família de qualquer descoberta ou avanço na investigação. A notícia de que a Universidade de Innsbruck tinha fracassado no reconhecimento do DNA dos restos humanos enviados pelo governo mexicano chegou a Ayotzinapa através do noticiário nacional e não com antecedência através da PGR. A “cereja do bolo” foi que, nesta ocasião, Murillo Karam declarou que “para ele” não restava dúvida de que todos os estudantes tinham sido assassinados e seus restos calcinados no lixão de Cocula sem contar com todas as provas contundentes para chegar à semelhante conclusão (La Jornada, 2015d).

Mas também deve-se considerar a capacidade do governo de Peña Nieto, em conluio com a Televisa¹⁴, de “endossar” a responsabilidade da crise política que se vive no México à esquerda mexicana, através da imagem do PRD. As notícias, reportagens, documentários etc., que esta rede de televisão tem emitido sobre o caso dos 43 (agora 42) estudantes desaparecidos de Ayotzinapa apresentam insistentemente a origem partidária do ex-governador de Guerrero (Aguirre Rivero) e do “casal sinistro” de Iguala (Abarca e Pineda). Isso tem sido usado midiaticamente para desprestigiar dirigentes desse partido, como Jesús Zambrano, Jesús Ortega e Carlos Navarrete, ao mostrarem fotografias e vídeos nos quais aparecem com José Luis Abarca, apoiando a sua campanha política como candidato à Prefeitura de Iguala; assim como também outros personagens da esquerda, como Andrés Manuel López Obrador, hoje dirigente do MORENA (Movimento de Regeneração Nacional).¹⁵ Eles foram acusados de conhecerem os antecedentes de

14. A empresa Televisa, encabeçada por Emilio Azcárraga Jean (filho do fundador), junto com a TV Azteca, encabeçada por Ricardo Salinas Pliego, são as cadeias de televisão mais proeminentes do México e se erigiram como centros de poder político destacados. Televisa sempre esteve mais próxima do PRI, enquanto que a TV Azteca esteve do PAN. Para o caso do vínculo entre Televisa e o PRI baseado no tráfico de influências, corrupção, impunidade, manipulação de audiências etc., é recomendável ver o filme ‘La dictadura perfecta’ (A ditadura perfeita), dirigido por Luis Estrada e produzido em 2014.

15. Andrés Manuel López Obrador foi militante do PRD durante muitos anos. Com apoio do partido, foi chefe de governo da Cidade do México e candidato à Presidente da República (derrotado por Peña Nieto) em 2012. Há dois anos deixou o PRD por diferenças irreconciliáveis com o grupo Nova Esquerda (conhecido como “Los Chuchos”, apelido dado a quem se chama Jesus, devido a que seus líderes são Jesús Ortega e Jesús Zambrano) (ver Milenio, 2014). Assim, criou o MORENA, que obteve seu registro oficial em 2014.

Abarca e sua esposa e, mesmo assim, apoiarem suas candidaturas. Sistemáticamente, desde os acontecimentos de Iguala e, principalmente, a partir de 2015 (com o início de pré-campanhas para as eleições de junho deste ano), a Televisa tem difundido nos seus noticiários (em especial o que é transmitido de segunda a sábado em horário nobre, às 22h30, encabeçado por Joaquín López Dóriga) uma série de notas nas quais vinculam militantes e/ou candidatos do PRD com o crime organizado. Este vínculo ocorre também com os outros dois “grandes” partidos do México (PRI e PAN) e são conhecidos¹⁶, mas a insistência dia a dia das notas que envolvem membros do PRD levaram este partido a uma profunda crise. Para piorar as coisas, Jesús Zambrano se queixou através da sua conta no *Twitter* desta “campanha de desprestígio” do PRD por parte da Televisa, e chamou López Dóriga de “o porta-voz do apocalipse”. Como resposta imediata, o locutor da Televisa o mencionou no seu noticiário e acentuou a divulgação de notas e reportagens sobre todos os casos de corrupção de candidatos e governos do PRD.

Por outro lado, no final de 2014, Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano, fundador do PRD, filho do general Lázaro Cárdenas e pilar e referência obrigatória deste partido, deixou o PRD devido aos erros que seus dirigentes cometeram no caso do “casal sinistro”. Depois dele começaram a deixar o partido personagens bastante reconhecidos, como Alejandro Encinas Rodríguez, Eloy Cisneros e Félix Salgado Macedonio. Inclusive se fala de abandono em “série”, que continuará nos próximos meses. A isso soma-se o fato de que, no começo de 2015, o senador pelo PRD Armando Ríos Piter anunciou publicamente a sua desistência de concorrer como pré-candidato deste partido ao governo de Guerrero nas próximas eleições. Seu argumento foi que Jesús Ortega condicionou sua candidatura oficial a “pactuar” com Aguirre Rivero e, garantiu, o pacto teria a ver com não envolver no futuro o ex-governador de Guerrero em qualquer investigação referente ao caso do desaparecimento dos estudantes de Ayotzinapa (El Universal, 2015). A indignação do povo guerrerense chegou a um nível muito alto ao ser anunciado que o próprio PRD alavanca como pré-candidato à prefeitura de Acapulco Ángel Aguirre Herrera, filho do ex-governador de Guerrero, Aguirre Rivero, que foi obrigado a renunciar ao cargo depois dos acontecimentos de Ayotzinapa.

Única saída: refundar o Estado

Para encerrar o presente texto me parece pertinente delinear o que se coloca na agenda política mexicana como, talvez, a única saída viável para a crise de legitimação que se abate sobre o Estado mexicano desde os acontecimentos de Ayotzinapa. Crise temperada com os escândalos de gastos exorbitantes de Peña Nieto através do tráfico de influências do seu governo, com a obstinação antidemocrática da sua postura, com os atos ilegais de corrupção e de impunidade das forças armadas e dos funcionários públicos,

16. Calcula-se que o crime organizado esteja infiltrado em 72% das prefeituras do país. (Revolución Tres Punto Cero, 2014).

e com as ações de repressão aberta a diferentes coletivos, comunidades e movimentos sociais de resistência. Esta situação chegou ao limite ao se instaurar a “narco máquina” como suporte do Estado mexicano e levar a população a uma realidade violenta e insegura, originada pela chamada Guerra Contra o Crime Organizado, empreendida em 2006 por Felipe Calderón (PAN). É necessário identificar as perversas consequências desta guerra, na qual o Estado mexicano embarcou, contra os principais cartéis da droga no país. Antes desta iniciativa, as organizações criminosas se centravam no tráfico de substâncias ilícitas ao longo do território nacional como caminho da América do Sul para os Estados Unidos, delimitando as rotas de cada organização e dividindo assim a moderna “galinha dos ovos de ouro”. Calderón, com uma política de mão de ferro, que criminalizou um problema de saúde pública sob a encomenda do governo dos Estados Unidos, não só não conseguiu controlar isso e prender os principais chefes. O que suscitou foi, por um lado, a “diversificação de atividades rentáveis” destes criminosos ao somar-se ao tráfico de substâncias ilegais o sequestro, a prostituição e o tráfico de mulheres brancas, as extorsões, o tráfico de imigrantes centro-americanos a caminho dos Estados Unidos, o roubo de combustível, a clonagem de cartões bancários, entre outros. E, por outro, o surgimento de enfrentamentos diretos entre os diferentes cartéis ante este “crescimento empresarial” e, internamente, ante a detenção ou morte de alguns de seus comandantes operacionais. As organizações criminosas mais “tradicionais” do México, como o Cartel de Sonora, o dos Beltrán Leyva, o Cartel de Juárez, o Cartel del Pacífico sofreram cisões das quais surgiram outras organizações mais violentas, como os Zetas, os Caballeros Templarios, Guerreros Unidos, a Família Michoacana, os Rojos, o Cartel Jalisco Nueva Generación e alguns outros. Mais inteligentes do que o Estado mexicano, os criminosos se fortaleceram e se tornaram mais violentos, além de conseguirem se infiltrar nos partidos políticos e nos governos locais, provinciais e federal. Começaram a financiar campanhas políticas, que depois cobriam dos funcionários eleitos, e conseguiram impor candidatos saídos das suas próprias fileiras para controlar as forças da ordem em diferentes regiões do país. Diz-se que, em muitas prefeituras, estes cartéis não só nomeiam o chefe de segurança pública e os comandantes policiais, como também definem e realizam as “operações policiais”, que, supostamente, buscam sufocar as suas ações e convertem os corpos de segurança especializados (antissequestros, antidrogas, antirroubos etc.) em “Escolas” formadoras dos principais delinquentes que encabeçam justamente tais delitos. A situação atual também é uma das consequências de não se ter enfrentado tudo isso a partir de uma visão de prevenção, em vez de mão de ferro e militarização.

No próximo dia 5 de fevereiro de 2015, uns poucos dias depois de ter escrito o presente texto, se anunciará no México uma iniciativa cidadã proposta por ativistas reconhecidos no país, chamada Congresso Constituinte.¹⁷

17. Entre os seus promotores estão os bispos Raúl Vera e Magdiel Sánchez, o poeta Javier Sicilia, o sacerdote Alejandro Solalinde, Marcos Tello e o pintor Francisco Toledo.

“[...] desterrar um governo que se converteu em ‘um verdadeiro perigo’, acabar pacificamente com as relações de exploração e convocar um Congresso Constituinte são as ideias em torno das quais começaram a se aglutinar alguns dos ativistas mais comprometidos do país [...]” (Matías, 2015).

Os políticos profissionais estão proibidos nesta iniciativa cidadã, cujos promotores se debatem em torno de duas posturas para as próximas eleições, a tão somente uns meses da sua realização: ou a promoção em nível nacional de um boicote abstencionista, ou o apoio massivo às candidaturas de cidadãos independentes, em detrimento das candidaturas lançadas pelos partidos políticos, quaisquer que sejam.¹⁸ Se propõe iniciar dissolvendo o Congresso da União (Câmaras de Senadores e Deputados) para a sua total renovação com a participação exclusiva de cidadãos reconhecidos pelo seu compromisso, honestidade e trabalho. Se criticam, por entendê-las como insuficientes, as medidas tomadas até agora pela equipe de Peña Nieto, com a formação do “Bando Único” e da “Gendarmeria” (forças policiais coordenadas pela Federação) e a desintegração das polícias locais (prefeituras), assim como a iniciativa de lei para supervisionar que nenhum candidato à vaga de eleição popular tenha antecedentes e/ou nexos pessoais ou familiares com o crime organizado, e um comitê “anticorrupção” que fiscalize pontualmente a ação dos funcionários públicos. Frente a isso, as pessoas se perguntam: por que não se pensou em algo tão elementar antes? E quem nos garante que os anticorrupção não se corromperão, como costuma acontecer cotidianamente neste país? Só isso basta para “limpar” a nossa classe política? As respostas são mais do que óbvias.

Com os trabalhos do Congresso Constituinte e as vicissitudes das próximas eleições de junho de 2015¹⁹, os próximos meses serão decisivos na história política contemporânea do México. A insatisfação cidadã deverá ser canalizada para mudar as coisas a fundo. A lamentável perda dos estudantes de Ayotzinapa, e das dezenas de milhares de mortes e desaparecimentos de mexicanos durante os últimos 10 anos, nos mostraram que isso não pode continuar assim. Como se canta em coro nas passeatas e comícios de protesto e resistência: “basta já!”, “nem mais um morto!”, “foi o Estado!”, “nem PRI, nem PAN, nem PRD!”. Parece que a população mexicana conseguiu amadurecer, tomara que logo vejamos as consequências disso. Esta é a esperança que surge depois da tragédia. Somos muitos os que desejamos que isso de fato aconteça assim.

REFERÊNCIAS

El Universal (2015). “¿Negociar? Es más fuerte el problema de Guerrero”. **Diario El Universal**. México, 13 de enero de 2015 [<http://www.eluniversal.com.mx/nacion-mexico/2015/impreso/8220negociar-es-mas-fuerte-el-problema-de-guerrero-8221-222172.html>].

18. Como parte da mais recente Reforma Política, pela primeira vez no México se abrem as portas para as candidaturas cidadãs, que estavam proibidas se os candidatos não pertencessem a um dos partidos políticos com registro no momento do processo eleitoral.

19. Não incluem a Presidência da República.

- Hernández, Anabel (2014). “Los Pineda Villa, el clan fundador de la mafia guerrerense”. **Revista Proceso**. México, octubre de 2014 [<http://www.proceso.com.mx/?p=385199>].
- La Jornada (2015a). “Militares estuvieron en una clínica privada de Iguala luego del ataque a normalistas”. **Diario La Jornada**. México, 20 de enero de 2015 [<http://www.jornada.unam.mx/2015/01/20/politica/004n1pol>].
- La Jornada (2015b). “Innsbruck no pudo establecer un perfil genético de los restos”. **Diario La Jornada**. México, 21 de enero de 2015 [<http://www.jornada.unam.mx/2015/01/21/politica/003n1pol>].
- La Jornada (2015c). “Amnistía Internacional: fallida investigación de la PGR en caso Ayotzinapa”. **Diario La Jornada**. México, 22 de enero de 2015 [<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/01/22/amnistia-internacional-denuncia-que-pgr-ha-fallado-en-el-caso-ayotzinapa-6754.html>].
- La Jornada (2015d). “Critican expertos a Murillo por suponer que los 43 normalistas fueron asesinados en Cocula”. **Diario La Jornada**. México, 22 de enero de 2015 [<http://www.jornada.unam.mx/2015/01/22/politica/006n1pol>].
- La Jornada (2015e). “Jefes policiacos entregaron a los 43 a Guerreros Unidos”. **Diario La Jornada**. México, 23 de enero de 2015 [<http://www.jornada.unam.mx/2015/01/23/politica/005n1pol>].
- La Jornada (2015f). “El intercambio de favores entre el Presidente y empresarios favorece a AMLO [Andrés Manuel López Obrador]: The Economist”. **Diario La Jornada**. México, 23 de enero de 2015 [<http://www.jornada.unam.mx/2015/01/23/politica/014n2pol>].
- Matías, Pedro (2015). “Se suma el pintor Toledo a iniciativa para refundar el país”. **Revista Proceso**. México, 21 de enero de 2015 [<http://www.proceso.com.mx/?p=393780>].
- Milenio (2014). “‘Los Chuchos’ se quedan con el PRD hasta el 2017”. **Diario Milenio**. México, 06 de abril de 2014 [http://www.milenio.com/politica/Chuchos-quedan-PRD_o_275972414.html].
- Reguillo, Rossana (2014). “Ayotzinapa, el nombre del horror”. **Revista Digital Anfibia**. Buenos Aires: Universidad Nacional de San Martín, octubre de 2014 [<http://www.revistaanfibia.com/en-sayo/ayotzinapa-el-nombre-del-horror/>].
- Revolución Tres Punto Cero (2014). “Narco en México: 72% de municipios infiltrados, 78% del PIB y 65% de campañas electorales financiadas”. **Diario Revolución Tres Punto Cero**. México, 10 de octubre de 2014 [<http://revoluciontrespuntocero.com/el-narco-en-mexico-72-de-municipios-infiltrados-78-del-pib-y-65-de-campanas-electorales-financiadas/>].
- Sin Embargo (2015). “25 de los 43 normalistas murieron por asfixia, dice ‘El Cepillo’; y que ‘a unos 15’ los mató él”. **Sin embargo.mx**. México, 24 de enero de 2015 [<http://www.sinembargo.mx/24-01-2015/1228469>].
- UNIVISIÓN Noticias (2014). “Escuela Normal Rural de Ayotzinapa: semillero de luchadores sociales”. 08 de octubre de 2014 [<http://noticias.univision.com/article/2119522/2014-10-08/mexico/noticias/escuela-rural-de-ayotzinapa-semillero-de-luchadores-sociales>].

Resumo

O artigo compartilha uma leitura sobre os eventos que desembocaram no desaparecimento de 43 jovens de uma escola rural em Ayotzinapa. Expõe o ocorrido para posteriormente contextualizar a realidade destas escolas que formam os filhos de camponeses como professores de escola primária; elas se baseiam em uma formação socialista e vinculadas aos movimentos sociais, do campo, do magisterio, e até mesmo dos movi-

mentos guerrilheiros. Conclui-se com uma interpretação sobre a forte crise política do Estado mexicano provocada por esses acontecimentos, mas manipulada pelo governo federal e a Televisa para afetar ainda mais a esquerda mexicana. O governo de Peña Nieto tem engavetado o caso (encerrando-o sem esgotar as investigações) e os familiares têm recorrido à Comissão de Desaparecimentos Forçados da ONU. Enquanto isso, os principais ativistas do país projetam uma profunda refundação do Estado mexicano como única saída possível. “Ayotzinapa vive, a luta segue!”

Palavras-chave: jovens, violências sociais, Estado mexicano, crise política, Ayotzinapa.

Data de submissão: 28/01/2015

Data de aceite: 15/02/2015



Rogelio Marcial

*Professor e pesquisador do Colégio de Jalisco e do Departamento de Comunicação Social, Centro Universitário de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Guadalajara (México).
e-mail: rmarcial@coljal.edu.mx*

O lúdico em questão

Brinquedos e brincadeiras indígenas



FOTO Moema Costa

Rita de Cássia Domingues-Lopes

Assis da Costa Oliveira

Jane Felipe Beltrão

Brinquedos e brincadeiras levados a sério

Brinquedos enquanto objetos lúdico-infantis oriundos de sociedades indígenas são artefatos, não necessariamente numerosos, nas coleções etnográficas de reservas técnicas de museus e universidades brasileiras. Embora não tenham sido colecionados ou coletados a partir de pesquisas que tivessem como objeto as relações sociais referentes ao mundo da brincadeira ou ao universo infantil¹, espaço onde frequentemente os brinque-

1. Infância é aqui apreendida como noção diferente do conceito de criança. Assim, enquanto infância é a concepção ou representação social de um determinado período inicial da vida, as crianças são os sujeitos inseridos nesta condição (Ferreira, 2008).

dos se inscrevem, os artefatos encerrados nas reservas foram recolhidos dentro de propostas voltadas aos temas mais candentes da etnologia indígena no Brasil, quais sejam: os estudos sobre organização social e contatos interétnicos que marcaram as décadas de 60 e 70 do século XX.

Os artefatos sob a guarda da reserva técnica do Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo, da Universidade Federal do Pará (UFPA), não fogem à regra. O reconhecimento da dificuldade referente à “limitação produzida pela coleta” não se constitui em obstáculo para levar a sério os brinquedos e correlacioná-los às brincadeiras descritas na literatura antropológica pertinente ao tema.

O diálogo com os artefatos é feito a partir do registro das peças da reserva, que abre possibilidade de exame técnico a partir do manuseio, da fotografia e do desenho de observação em detalhe tanto do objeto em si, como de partes do objeto de acordo com a necessidade de compreensão. Portanto, a reserva técnica é o local de trabalho de campo. Simultaneamente, o “campo” é estendido à literatura antropológica em busca de descrições de objetos (existentes na reserva ou peças similares). Parte-se da obra dos profissionais que constituíram as coleções para, no momento seguinte, alcançar as referências etnográficas presentes nos registros de acervos localizados em páginas de instituições pertinentes na internet e nos trabalhos de etnologia indígena e, até mesmo, não indígena, rastreando imagens e descrições do cotidiano das sociedades que possam indicar a confecção e/ou o uso dos objetos tomados a exame ou de objetos similares.

O trabalho de campo, como reza a tradição antropológica, foi realizado entre os Xikrín localizados na aldeia Cateté, no hoje município de Parauapebas, no estado do Pará. O procedimento indiciário (Ginzburg, 1993) que se adotou permite ensaiar uma etnografia dos objetos por meio dos quais se pode fazer uma leitura da representação e sociabilidade sociocultural dos grupos geracionais, em especial as crianças, pois os brinquedos possibilitam ir além de quem produz os objetos ou brinca com eles.

Busca-se o lúdico para fins do presente exercício acadêmico a partir do acervo etnográfico sob a guarda da UFPA, onde há 22 brinquedos num universo de 1512 artefatos. Os artefatos são oriundos de quatro sociedades indígenas: oito brinquedos Anambé, quatro artefatos Suyá, uma única peça Trumai e nove brinquedos Xikrín. Produzidos em barro, madeira ou trançado em fibras vegetais, apresentam-se como miniaturas de arcos, flechas, chocalhos, faca e remo (Quadro 1). Artefatos que, segundo a classificação museológica proposta por Berta Ribeiro (1988), se inscrevem na categoria artesanal ‘objetos rituais, mágicos e lúdicos’, considerados utensílios lúdicos infantis que “... compreendem a vasta gama de brinquedos socializadores ... que ensinam as crianças de cada sexo a se familiarizarem com o patrimônio cultural de cada tribo... [os] objetos [são] fabricados por adultos, ou crianças mais velhas para lazer e prazer cotidiano” (Ribeiro, 1988, p. 286).

Quadro 1. Categorias artesanais da coleção etnográfica do LAANF/UFPA

Categorias artesanais	Coleção Friel (1965) Xikrín ¹	Coleção Galvão & Friel (1966) Trumai ²	Coleção Galvão & Friel (1967) Suyá ³	Coleção Figueiredo & Vergolino e Silva (1969) Anambé ⁴
Armas	Brinquedo/ Miniatura de arco (Nº. 188 e Nº 211) Brinquedo/ Miniatura de flecha (Nº. 210 e Nº. 212)			Brinquedo/ Miniaturas de arcos, de flechas e de zagaias (Nº. 1110)
Cerâmica			Brinquedo zoomorfo de barro (Nº. 929, Nº. 930, Nº. 931 e Nº. 932)	
Instrumentos musicais e de sinalização	Brinquedo/ Miniatura de chocalho (Nº. 293 e Nº. 294)	Brinquedo/ Miniatura de chocalho (Nº. 743)		
Objetos rituais, mágicos e lúdicos	Brinquedo zoomorfo em envira (Nº. 214 e Nº. 215)			Brinquedo de taquara (Nº. 1081, Nº. 1082 e Nº. 1083)
Trançados	Brinquedo trançado (Nº. 213)			Cesto paneiriforme (Nº. 1151)
Utensílios e implementos de materiais ecléticos				Brinquedo/ Faca de madeira (Nº. 1118) Brinquedo/ Miniatura de remo (Nº. 1123)
Utensílios e implementos de madeira e outros materiais				Brinquedo/ Miniatura de vassoura (Nº. 1077)

¹ Recolhidos pelo antropólogo Protásio Friel, entre 1961 e 1962, junto aos Xikrín do Cateté, cuja entrada na Reserva ocorre em 1965. Sobre o assunto, consultar: Friel (1968).

² Coletado por Eduardo Galvão e Protásio Friel em 1966.

³ Os artefatos Suyá foram recolhidos pelos antropólogos Eduardo Galvão e Protásio Friel na década de 60 do século passado no Parque Nacional do Xingu. São brinquedos que entraram na Reserva Técnica em 1967. Sobre o tema, consultar: Galvão (1996).

⁴ Coletados pelos antropólogos Arthur Napoleão Figueiredo e Anaíza Vergolino e Silva, entrados na Reserva Técnica em 1969. Sobre o assunto, conferir: Figueiredo (1983 e 1984).

Na maior parte, os desenhos e artefatos lúdicos representam miniaturas de objetos culturais de comprovada importância social. A designação de *miniaturas* não assume a feição terminológica de reprodução fiel e passiva das formas ‘normais’ dos utensílios, mas da capacidade de ilustração e/ou apreensão de objetos elaborados em total respeito às

especificidades infantis e para uso privilegiado por este grupo geracional. As miniaturas possibilitam a compreensão, ainda que parcial, dos materiais utilizados para a socialização e caracterização dos elementos que constituem os traços identitários da infância nativa.

É importante registrar que a expressão nativa “brincadeira” esbarra numa querela de definições, como quer Dumazedier (1979), ou numa festa de conceitos (Vianna, 1997). Nas sociedades ocidentais, brincadeira não é uma categoria rígida, tampouco é uma categoria definida de comportamento². Ao usar a expressão, pode-se referir tanto à brincadeira em si, como ao trabalho profissional que, apesar da contradição, pode ser prazeroso. Prosseguindo, vê-se que ela abrange uma gama enorme de situações, passando, inclusive, por obrigações, como o cumprimento às obrigações familiares (visitar parentes), ir a ofícios religiosos, espaço de sociabilidade onde se encontram os amigos. Brincadeira é o termo usado para indicar interrupções na faina diária, pequenas ou longas, mas faina não indica necessariamente trabalho, pode ser estudo ou, até mesmo, a interrupção da brincadeira.

A ligação conceitual entre brincadeira e lazer, estabelecidos como antônimos do trabalho/labor, é, nas sociedades ocidentais, situação que surgiu no período moderno, com a mudança da função do ócio. Era, na Grécia e na Roma antiga, assim como também na Idade Média, uma condição privilegiada para a realização das ações políticas e militares, sentido deslocado, com a ascensão do modelo socioeconômico do capitalismo e a difusão das indústrias, para a ideia de trabalho, entendido como ação contínua de produção de determinados bens de uso/consumo com valor em si e valor de troca.

No caso das sociedades indígenas, sabe-se que não necessariamente as atividades referentes ao brincar e às brincadeiras se circunscrevem aos momentos de interrupção da rotina, posto que, como não há espaço formal para aprendizado, antes ou depois da chegada dos brancos, a aldeia e o território são espaços de sociabilidade e de educação, com os eventos sociopedagógicos acontecendo, por exemplo, a caminho do roçado, na mata, no rio; enquanto se praticam as atividades rotineiras, pois se aprende fazendo.

Da sociabilidade à identidade: ampliando a concepção de brinquedos e brincadeiras

A sociabilidade – enquanto possibilidade de estabelecimento de redes de relações sociais – se apresenta de forma singular em cada sociedade, ligada ao modo como se manifesta a organização do tempo e do espaço, condição simbólica pela qual as pessoas se localizam e se posicionam no mundo social (Nunes, 2002b). As brincadeiras representam parte deste espaço-tempo de sociabilidade socioculturalmente construída. Suas significações dimensionam não somente as dinâmicas de interação social, mas a própria lógica da representação e desenvolvimento da pessoa, pois os mecanismos de interação lúdi-

2. Na concepção do folclore, brincadeira é entretenimento, acompanhado ou não de melodia ou coreografia. Sobre o assunto, consultar: Câmara Cascudo (2000).

cos podem ser traduzidos como mecanismos de gestão e ação de/sobre indivíduos operados/legitimados pela sustentação de determinados valores, interesses e finalidades.

Em diversas sociedades, contar histórias, brincar de roda, fazer casinha, jogar peteca (bola de gude), empinar papagaio (pipa, pandorga), cantar, correr, jogar, entre tantas outras opções, representam formas de interação lúdicas traduzidas interculturalmente como brincadeiras³. Talvez, ao interrogar crianças e até adultos sobre o assunto, eles não terão dificuldade alguma em enumerar os brinquedos que utilizam e as brincadeiras das quais participam, de acordo com o universo no qual estão inseridos. Os adultos, nas brincadeiras, podem constituir-se em brincantes⁴ ou serem integrados como coadjuvantes, supervisores, produtores de brinquedos e professores, entre os muitos papéis que assumem na hora de brincar. A brincadeira é o correspondente nativo ao lazer e, enquanto política pública, é o lazer na perspectiva do especialista popular⁵ ou do brincante.

Entre as crianças indígenas, as brincadeiras são apresentadas nos relatos etnográficos pela comparação intercultural que acentua (quase) sempre qualificações de maior liberdade de ação e interação no grupo de pares e com os adultos⁶. As brincadeiras assumem funções socioculturais de cunho ‘educacional’, para a formação e apropriação dos referenciais locais; ‘lúdico’, pela diversão produzida com finalidade de integração social; e ‘identitário’, representando a forma como a autonomia, representação e socialização de grupos geracionais, em especial as crianças, ocorre em determinado povo indígena.

Às crianças indígenas importa reconhecer o lugar desde onde se produz o “saber sobre a criança”, o “saber da criança” e o “saber tornar-se criança”: a interação complexa da brincadeira com o espaço experimentado, os lugares que elegem para a realização de ações nos grupos de pares e os modos como se re-apropriam dos lugares/objetos/discursos tradicionais, as narrativas que expressam os processos “nativos” de socialização e desenvolvimento humano, porque é no espaço-tempo de determinado território e na delimitação das representações culturais sobre corpo e pessoa que se inserem as condições de possibilidade para inscrição identitária (e etnográfica) da/na infância indígena.

O “saber sobre a criança” e o “saber da criança” tornam-se variantes analíticas que organizam a bidimensionalidade da eficácia simbólica dos referenciais criança/infância em

3. Para compreender as conotações de brincadeira, inclusive as noções populares, conferir: Azevedo (1983).

4. Usa-se brincante em sentido amplo, como participante de folguedos populares.

5. Assim como nas instituições responsáveis pela execução das políticas públicas denominadas de lazer ou entretenimento temos o animador cultural, em diversos espaços se encontram especialistas populares em brincadeiras, o “brincante”, que pode chamar-se: João fogueteiro, puxador de ladainha, cantador de carimbó, narrador ou contador de histórias, entre tantos outros. Sobre o assunto, consultar: Lévi-Strauss (1970).

6. A apreensão da liberdade das crianças indígenas, em comparação com as crianças não-indígenas, sinaliza outra lógica de compreensão da racionalidade das pessoas nos períodos iniciais de vida, contraposta com os modelos ocidentais de incapacidade civil até os 18 anos de idade. Cohn (2000 e 2005), Nunes (2002) e Nobre (2007) estruturam parâmetros nativos e teóricos de compreensão da circulação das crianças indígenas pelo território como condição sociocultural fundamental para a aprendizagem e o amadurecimento, mas nunca de modo a subjugar-las intelectualmente aos adultos.

determinado contexto social, cujo entrelaçamento metodológico permite a estruturação das condições históricas, políticas e culturais de produção do “saber tornar-se criança”, elemento-chave para o estabelecimento dos modos de fabricação local da identidade infantil e das conexões da geração com outros marcadores sociais da diferença, como etnicidade, gênero, classe social e contexto social de vida (urbano ou rural).

Território(s) e contexto(s)

O conceito nativo brincadeira, usado originalmente pelos falantes da língua portuguesa na Amazônia, foi (re)apropriado por outros povos étnico-culturalmente diferenciados localizados na mesma região, ante o processo de colonização e as relações interétnicas decorrentes.

Os falantes de línguas indígenas, como os Gavião Parkatêjê⁷ ou os Suruí Aikewára⁸, usam brincadeira tanto para se referir aos jogos de flecha praticados diariamente na aldeia, como aos rituais e às festas que celebram de acordo com suas tradições. E, ao se referirem aos não indígenas, falam em brincadeira de branco para nomear as festas de branco. Muito cedo, talvez, os membros de ambos os grupos tenham aprendido que interrupção da rotina, em português, é sempre sinônimo de brincadeira. Ou empregam o termo na expectativa de diminuir a carga de desconhecimento e preconceito dos brancos em relação aos seus costumes, pois, quem sabe, com o uso do termo brincadeira, os brancos os vejam menos exóticos e mais próximos da humanidade, que, em princípio, lhes é negada, apesar da tradução intercultural produzir perdas da significação sociocultural nativa, sobretudo nos ritos de iniciação, como o ‘Pemp’⁹, que é realizado entre os ‘Gavião Parkatêjê’. Supõe-se que a situação não seja muito diferente nas demais sociedades indígenas, dada a situação de contato/conflito interétnico.

Não são poucos os antropólogos que fornecem informações sobre a brincadeira ou o brincar em sociedades indígenas, embora seus sujeitos não sejam necessariamente as

7. Sociedade indígena Jê que habita a Reserva Indígena Mãe Maria, no sudeste do Pará, na região do rio Tocantins, falante de língua filiada ao tronco Macro-Jê, cujo embate com os brancos data dos idos da década de 1940. Para informações atualizadas sobre o grupo, recorrer a Ricardo (2000).

8. Sociedade indígena Tupi que habita a Área Indígena Sororó, no sudeste do Pará, na região da bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins, falante de língua filiada ao tronco Tupi-Guarani, cuja saga de convivência com os brancos foi traumática em função da Guerrilha do Araguaia ocorrida na década de 1970 do século XX. Para informações atualizadas sobre o grupo, recorrer a Ricardo (2000). Sobre as brincadeiras entre os Suruí Aikewára, consultar: Mastop-Lima (2002).

9. O Pemp é um rito de passagem realizado pelos ‘Gavião Parkatejê’ e os ‘Gavião Kyikatêjê’, entre outros povos pertencentes ao macro-tronco Jê, como os ‘Kayapó’, os ‘Apinayé’ e os ‘Timbira’. O ‘Pemp’ representa o auge do processo cultural de formação do corpo e da pessoa, momento de transição do “ser criança” do sexo masculino para o “ser adulto”, marcado por regras e procedimentos rigorosos. As lideranças e os velhos costumam denominá-lo de “brincadeira séria” e fazem analogia com o quartel para designar a intensidade do rigor exigido durante o ritual. Investigações etnográficas que ressaltam o procedimento e a finalidade sociocultural do ‘Pemp’ podem ser encontradas em Nimuendaju (1956) y DaMatta (1976).

crianças¹⁰. As referências e os cuidados para coletar dados etnográficos sobre o brincar e a brincadeira estão presentes nos manuais antropológicos desde a elaboração do ‘Notes and Queries on Anthropology’, de 1971, e os resultados são encontrados nos itens denominados festas e rituais, classes de idades, esportes e jogos, ou brinquedos, nas monografias clássicas da etnologia brasileira, como o faz Curt Nimuendajú ao falar sobre os Apinayé:

[os] meninos Apinayé não possuem nenhuma organização como a que têm a dos Ramkôkamekra e Xerénte. Por conseguinte também não fazem corridas de toras, e nunca os vi jogar em conjunto outra coisa a não ser peteca de palha de milho. Veem-se poucos brinquedos em suas mãos, sendo o mais comum, do quinto ano em diante, o arco e a flecha. Os maiores de dez anos, se reúnem às vezes para exercitarem-se na rua da aldeia em escorregar flechas pelo chão; aquele cuja flecha escorrega mais longe, ganha todas as flechas que ficam para trás. Os demais brinquedos são quase os mesmos dos Xerénte; a roda sonante (corrupio), o brinquedo de Cão, cuja corda entre os Apinayé tem um cabo de pau, o pião sonante, um pequeno pião de noz de tucum, figuras de pássaros e outros brinquedos de tiras de palha, figuras de fio armadas entre os dedos das mãos e pequenas figuras de cera, representando animais e gente. Falta-lhes o arco sonante dos Xerénte (Nimuendaju, 1956, p. 84).

A situação descrita por Nimuendajú, além de informar sobre os Apinayé, oferece pistas sobre outras sociedades Jê. O antropólogo refere, também, as meninas Apinayé, anotando que:

... não possuem bonecas e, por conseguinte, também poucos “trens” de brinquedo. Brincam com uma pequena abóbora alongada e, são tão felizes com esse “filhinho”, como suas companheiras de idade entre os Ramkôkamekra-Canelas, com suas bonecas de talo de buriti. Não conhecem o balanço, mas havia no campo atrás da aldeia Bacaba, uma árvore fina e elástica, na qual trepavam a uma altura de três metros e depois de vergá-la com o peso do corpo, nela penduravam-se com as mãos e, dando forte impulso com os pés no chão, eram impelidas para cima com o repucho da árvore (Nimuendaju, 1956, p. 84).

As brincadeiras descritas por Nimuendajú (1956) dizem respeito ao contexto sociocultural específico, no qual, inclusive, refere o estreito laço que une as avós maternas e os netos, posto que, muitas vezes, esta mulher que, por ocasião do nascimento, foi parteira e curadora do neto transforma-se em guardiã e responsável por sua socialização, inclusive, conservando o cordão umbilical da criança num cesto, bem como os pertences que fazem parte da memória de infância do neto.

10. Sobre a forma como as crianças foram e ainda são vistas nos estudos antropológicos, consultar: Nunes (2002b) e Cohn (2005).

A brincadeira não aparece como um momento sem expressão, mas uma situação localizada espaço-temporalmente que compõe o cenário das relações sociais, forjando representações e sociabilidades, indicando a forma de integração e interação dos indivíduos no período inicial de vida. As informações recorrentes sobre as sociedades indígenas provocam reflexões sobre o fato de que, diferentemente da sociedade brasileira, os indígenas adultos não manifestam tanta ansiedade de transmitir, seja o que for, às crianças. A onipresença das crianças pelos quatro cantos da casa, da aldeia, entre tantos outros espaços destinados às brincadeiras, aponta a grande permissividade dos adultos aos seus comportamentos (Cohn, 2000 e Nunes, 2002b), e o ativismo das crianças no processo de apropriação e produção da significação cultural nativa por intermédio das interações nos grupos de pares e individualmente, com ou sem a presença de adultos, inseridos na construção sociocossmológica local da pessoa e do corpo, bases fundamentais para o entendimento da formação, socialização e transição geracional do universo cultural ‘sobre a e da’ infância.

Considerando que o âmagô da antropologia, ou a tarefa do antropólogo, é constituído pelo trabalho de campo, por meio do qual se tenta compreender e explicar o modo de vida de um determinado grupo, aqui, busca-se entender a brincadeira a partir de brinquedos de coleções etnográficas constituídas tendo como referência os Xikrín do Cateté¹¹.

Brincando em território Xikrín

As aldeias Xikrín¹² têm formato circular, assemelhando-se às aldeias Kayapó, constituídas pelas unidades residenciais, dispostas uma ao lado da outra e ao centro encontra-se ‘mentorodjo’ (praça), onde está situado ‘ngob’, a Casa dos Homens, local onde os homens se reúnem para tomar decisões, conversar e preparar as festas. Nas aldeias o ‘mentorodjo’ (praça) é local de festa em momentos rituais, mas quotidianamente se constitui em espaço de trânsito entre uma casa e outra, onde as famílias se reúnem ao final da tarde para conversar e as crianças – conforme a categoria de idade – brincam em pequenos grupos. Algumas correm, outras jogam futebol, da mesma maneira que os homens jovens e adultos.

Outro espaço de socialização, onde as crianças podem ser vistas, são as chamadas “cozinhas”, dispostas atrás das casas, constituídas por construções feitas de troncos de madeira e telhado de palha, algumas apresentam paredes feitas de madeira ou enchi-

11. Um parâmetro da importância atribuída aos brinquedos indígenas foi a expedição feita por um grupo de pesquisadores sobre brinquedos indígenas. Os organizadores da expedição lançaram, em 04.05.2004, em Brasília, no Ministério da Educação, um ‘kit’ de jogos, brinquedos e brincadeiras que foi distribuído a, pelo menos, 20 mil escolas, em particular às escolas indígenas de todo o país. O ‘kit’ inclui um livro para crianças, um guia para professores e peças de alguns jogos, com explicações sobre como jogar. Além disso, 500 cópias do vídeo-documentário da expedição foram distribuídas. Conferir: Manchetes (2004).

12. Localizadas na área indígena Xikrín do Cateté, no sudeste do Pará, são chamadas de Cateté e Djudjê-kô. Sobre os Xikrín e, especificamente, sobre os artefatos custodiados pela UFPA, consultar: Domingues-Lopes (2002).

mento, outras são desprovidas de paredes. As “cozinhas” seguem o formato circular da aldeia, desenhando um anel em torno das casas. Segundo Silva é lá que

... são realizadas a maior parte das atividades cotidianas. É nessas estruturas que os Xikrín costumam passar várias horas do dia, processando e consumindo alimentos, conversando, divertindo-se entre si e com seus filhos, praticando a pintura corporal e produzindo a maioria dos seus itens materiais... (2000, p. 121).

Nas aldeias Xikrín as crianças podem ser vistas reunidas em categoria de idade ou próximas aos adultos de suas famílias em momentos de trabalho e lazer. Durante a infância, as atividades que realizam são marcadas pela divisão sexual do trabalho, as ‘kurere’ (meninas), por exemplo, acompanham as sessões coletivas de pintura corporal realizadas pelas mulheres adultas, ficam no local observando e por vezes brincam de pintar sua própria pele, a de um bebê, ou ainda suas bonecas¹³.

Assim, o grupo estaria socializando a menina na condição de futura pintora. Mauss considera que

...em todos esses elementos da arte de utilizar o corpo humano, os fatos de educação dominam... A criança, como o adulto, imita atos que obtiveram êxito e que ela viu serem bem sucedidos em pessoas em quem confia e têm autoridade sobre ela... O indivíduo toma emprestado a série de movimentos de que ele se compõe do ato executado à sua frente ou com ele pelos outros (1974, p. 215).

A ‘kurere’, desta forma, ensaia para tornar-se pintora quando adulta, faz e refaz a pintura sobre sua pele, ou no papel, ou ainda em crianças de colo que costumam tomar conta. O ensaio, por mais experimental que pareça, não diminui a responsabilidade e a autonomia das participantes, tampouco desmerece o caráter educacional, lúdico e identitário das brincadeiras: a jovem mãe ensaia sobre o corpo do filho recém-nascido até adquirir prática e técnica aprimorada, atividade que demonstra também carinho por parte da mãe, que socializa a criança dentro do grupo (Vidal, 1992), e as formas de intervenção sobre o corpo para a fabricação sociocultural das crianças indígenas mulheres.

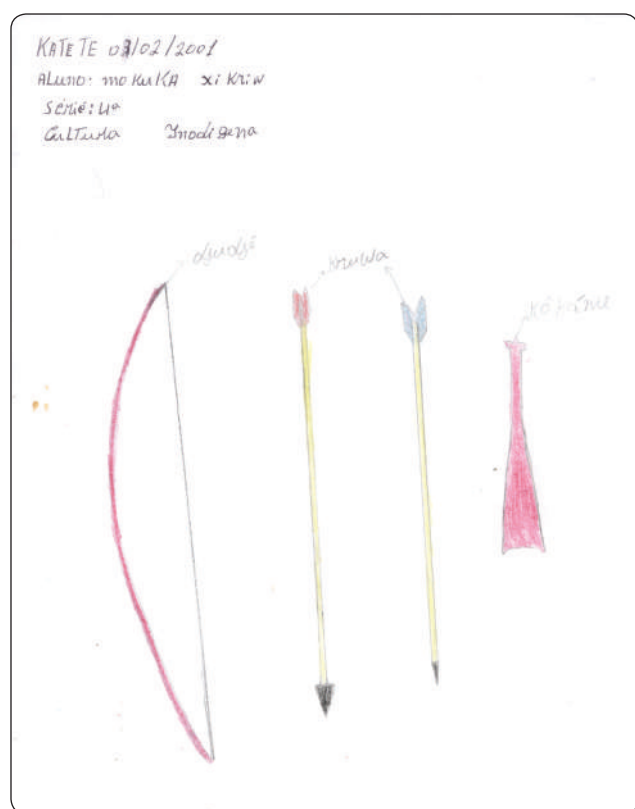
Nas escolas das aldeias as crianças desenham adornos, armas, fauna e flora da região, bem como o espaço da própria aldeia. Tais desenhos são manifestações que revelam/registram valores desenvolvidos pelo grupo, tornando-se um padrão de identificação do indivíduo diante de si mesmo e dos demais (Mauss, 1974). O grafismo é linguagem visual carregada de simbolismo¹⁴, que é socializada e apreendida por todos, dentro do grupo.

13. Sobre as atividades nas “cozinhas” e as pinturas de jenipapo em bonecas de plástico compradas no comércio em Marabá/PA, conferir texto e fotos de Vidal (1992).

14. Sobre linguagem simbólica, consultar: Vidal e Müller (1986) e Ribeiro (1989).

Tomando o desenho feito por Mokuka Xikrín¹⁵ (Figura 1), percebe-se que cedo as crianças dominam os artefatos referentes à cultura. Na escola, as armas utilizadas na aldeia foram cuidadosamente desenhadas uma ao lado da outra: um arco, duas flechas com pontas diferenciadas e uma borduna espatulada, tais objetos são utilizados em momentos rituais como o ‘Merereméi’, embora muitas vezes os artesãos Xikrín elaborem miniaturas para deleite das crianças.

Figura 1. Desenho de Mokuka Xikrín: armas Xikrín



O registro permite olhar o vivido nas aldeias, sejam caçadas, pinturas, rituais, confecção de artefatos, entre outros, sempre feitos sob olhar atento de crianças e jovens que apreendem e repassam de geração a geração as referências culturais Xikrín.

Observa-se, por meio dos desenhos (Figura 1), o registro da educação e da significação apreendidas diariamente nas aldeias. A produção de artefatos reflete, ainda, a continuidade do uso de equipamentos e matérias-primas, de acordo com crenças, valores e mitos – estes últimos oferecem, algumas vezes, a origem de pessoas e objetos atribuída aos ancestrais e/ou aos heróis mitológicos.

Na reserva técnica da UFPA, os brinquedos Xikrín totalizam nove peças entre miniaturas de ‘djudjê’ (arcos), ‘kwakê-kakiére’ (flechas), ‘ngô-tói’ (chocalhos), ‘mekarón’ (brinquedo trançado) e ‘kokói’ (figura de envira representando macaco-prego). Os artefatos registrados deixam nítido o cuidado das crianças

com o acabamento e re-apropriação das dimensões naturais para torná-los aptos a serem manejados por crianças e jovens. Ao observar a miniatura de arco (Nº. 188) e de flecha (Nº. 210) compreendemos que se destinam aos jovens, assim como a miniatura de arco (Nº. 211) e de flecha (Nº. 212) corresponde às crianças, tais diferenciações indicam os cuidados e a maneira de socialização dos Xikrín nos últimos 50 anos.

O brinquedo antropomorfo trançado em folhas de babaçu (Nº. 213) “é uma máscara em formato pequeno, servindo de brinquedo aos meninos” (Frikel, 1968, p. 61). As partes constituintes do artefato – cabeça, tronco e membros – são produzidas separadamente e reunidas por meio de cordões de envira. Frikel (1968) nos informa que a confecção é de ordem masculina.

15. Discente da Escola Indígena Bep-Karoti, 14 anos, cursando a 4ª série.

O brinquedo anterior da produção do ‘Kokói’ (Nº. 214 e Nº. 215) é masculino, os pais fabricam para os filhos. O boneco de envira que representa o macaco-prego é confeccionado com folhas de castanha e apresenta mãos e pés feitos com três dedos, segundo Friel “[fazem] lembrar certas representações em desenhos rupestres” (1968, p. 61).

Os ‘ngô-tói’ (miniatura de chocalho, Nº. 293 e Nº. 294) são produzidos com o mesmo material dos chocalhos destinado aos adultos, todavia, por serem menores e destinados às crianças, não têm ponta de paxiúba e apresentam o tamanho menor da haste. Este instrumento musical de uso infantil serve para acalmar as crianças e para brincar, sendo fabricado apenas por homens, mas utilizado por todos na aldeia.

Tais brinquedos fazem parte da reserva técnica da UFPA e representam momento histórico de contato recente para o grupo Xikrín, nos idos da década de 1960. Hoje ainda é possível ver arcos, flechas e miniaturas de chocalhos sendo utilizados pelos meninos na aldeia, diferentemente do brinquedo trançado e do boneco de envira, que não são mais fabricados. Entretanto, segundo Cohn, a cultura material destinada às crianças “... foi enriquecida com novos brinquedos, inspirados em um mundo que conheceram há pouco, como as hélices de avião ou pipas [papagaio, pandorgas]” (2002, p. 117). Por isso, atualmente os Xikrín compram alguns brinquedos industrializados nas cidades próximas à área indígena.

Brinquedos e brincadeiras: seriedade que reclama direitos (d)e relativização

A reciprocidade analítica entre crianças e brincadeiras delinea o ato de brincar como direito, ou seja, condição situacional que contribui para o desenvolvimento infantil e obriga os agentes sócio-institucionais a promovê-lo ou assegurá-lo.

O direito à brincadeira (ou ao ato de brincar) está presente, na legislação internacional, desde a promulgação da Declaração Universal dos Direitos das Crianças (DUDC) de 1959, reconhecido para garantir o acesso das crianças aos jogos e às brincadeiras de caráter educativo, com a promoção do exercício ligada à exigência de materialização pela sociedade e autoridades públicas.

Na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, o direito à brincadeira/ ao ato de brincar ganha ‘status’ de direito fundamental a partir da inserção no artigo 227 da absoluta prioridade de crianças e adolescentes terem assegurados o direito ao lazer, gênero no qual a espécie brincadeira pode ser alojada, ao menos juridicamente. Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº. 8.069/90 – ECA) também recepciona, no artigo 15, o ato de brincar e de se divertir como partes constitutivas do direito à liberdade.

Sem dúvida, os conceitos jurídicos contemplam a universalidade dos destinatários em alusão ao princípio da igualdade presente no aspecto político da cidadania. No entanto, fica em suspenso, ou invisível, justamente o aspecto da diversidade dos modos de produção das brincadeiras e dos brinquedos, ou seja, a definição dos contextos particula-

res de onde emerge a alteridade dos modelos de representação e socialização humana. Logo, o desafio de reconhecer as situações de fato para efetividade dos direitos perpassa, no âmbito das diferenças socioculturais, pela própria capacidade de relativização das normalidades conceituais para a realização do “olhar distanciado” e compreensão das significações nativas que organizam a realidade do “saber sobre a criança” e do “saber da criança” que resultam na construção do “saber tornar-se criança”.

O arcabouço teórico desenvolvido no presente trabalho deixa nítida a orientação da possibilidade de sustentação do direito de relativização às brincadeiras e brinquedos indígenas a partir do questionamento da própria forma como ocorre a construção sociocultural da pessoa e as múltiplas agências que estruturam o corpo. O lúdico indígena se entrelaça com outras dimensões sociocosmológicas nativas e também se modifica, tendo em vista os contatos interétnicos, mas o caráter universal (ou homogeneizado) dos conceitos jurídicos ocidentais e das imagens sociais estereotipadas dos povos indígenas impõe espaços de tensão que se convertem em verdadeiras barreiras para o entendimento do “outro” lúdico em termos de igualdade de condições e de valorização das diferenças, o que reclama aquilo que Warat (2000) denominou de “simbolização democrática”, ou seja, a dinâmica do descentramento dos lugares comuns de significação pela resistência permanente ofertada contra os centros estabelecidos de homogeneização autoritária dos sentidos e instituição de um campo social que busque evidenciar o plural com que se formam as significações.

Mais do que criticar negativamente o etnocentrismo pós-moderno, é preciso compreender as funcionalidades e finalidades que estruturam/legitimam os paradigmas hegemônicos ocidentais, utilizando como ferramenta de leitura os referenciais teórico-metodológicos que situam brincadeiras e brinquedos na perspectiva sociocultural da formação e socialização da pessoa e do corpo. Por outro lado, a consolidação das marcas sociais da diferença entre indígenas e não-indígenas é potencializada pelas ferramentas jurídicas nacionais e internacionais relativas aos direitos coletivos dos povos indígenas, nas quais a autonomia político-cultural e cidadania diferenciada passam a representar a projeção ética da ‘igualdade na diferença’ e ressaltam que as lacunas das normalidades conceituais, sobretudo em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes, são possibilidades de inscrição da “simbolização democrática” do ‘ser criança indígena’.

Para tanto, as coleções e os relatos etnográficos recuperam o importante papel de ‘mapeamento geopolítico das diferenças’, disponibilizando o acesso a acervos e interpretações comprometidas com o ponto de vista do “outro” e a resistência aos valores hegemônicos. Sem dúvida, nem todos os relatos etnográficos se pautam nesta perspectiva, haja vista a crítica de Nunes (2002b) à historicidade do lugar epistemológico das crianças indígenas nas pesquisas antropológicas, mas a contribuição da etnologia indígena no encontro com a antropologia do direito seria justamente a de revelar as vidas que existem para além das cegueiras modernas, fazendo deste processo o termômetro da reivindicação pelo respeito à livre-determinação no diálogo (tenso) com os mecanismos de inclusão e participação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Dicionário analógico da língua portuguesa (idéias afins)*. Brasília: Coordenada/Thesaurus, 1983.
- CÂMARA CASCUADO, Luís da. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2000.
- COHN, Clarisse. Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá, *Revista de Antropologia (USP)*, 43 (2), 195-222, 2000.
- _____. A experiência da infância e o aprendizado entre os Xikrin. Em A. Lopes Silva, A. Nunes e A. V. da Silva Macedo (orgs.), *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*, pags. 117-149. São Paulo: Global, 2002.
- _____. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- DAMATTA, Roberto. *Um mundo dividido. A estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- DOMINGUES-LOPES, Rita de Cássia. *Desvendando significados: contextualizando a Coleção Etnográfica Xikrin do Cateté*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FERREIRA, Maria Manuela Martinho. “Branco demais” ou... reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças. Em M. Sarmiento e M. C. Soares Gouveia (orgs.), *Estudos da infância: educação e práticas sociais*, pags. 143-162. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *Os Anambé, cultura indígena textos e catálogo*. Semana do Índio – Exposição Temporária. Belém: MPEG, pags. 73-78, 1983.
- _____. L’ultima frontiera: gli Índios Anambé dell’ Alto rio Cairari, *Terra Ameriga: Associazione Italiana Studi Americanitici*, Genova, 43, 7-13, 1984.
- FRIKEL, Protásio. Os Xikrin. Equipamento e técnicas de subsistência, *Publicações Avulsas (MPEG)*, 7, 1968.
- GALVÃO, Eduardo. *Diários de campo: entre os Tenetehara, Kaioá e índios do Xingu*. Rio de Janeiro: UFRJ/FUNAI, 1996.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional, 1970.
- MANCHETES SOCIOAMBIENTAIS. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. A10, 04 mai. 2004.
- MASTOP-LIMA, Luiza. *O tempo antigo entre os Suruí/Aikewára: um estudo sobre mito e identidade étnica*. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Os Apinayé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, XII, INPA/MPEG, 1956.
- NOBRE, Domingos Barros. Infância indígena Guarani Mbya. Em V. M. Ramos Vasconcellos e M. Sarmiento (orgs.), *Infância (in)visível*, pags. 53-80. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Ed., 2007.
- NUNES, Ângela. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A’uwe-Xavante. Em A. Lopes Silva, A. Nunes e A. V. da Silva Macedo (orgs.), *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*, pags. 64-99. São Paulo: Global, 2002a.

_____. O lugar da criança nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras. Em A. Lopes Silva, A. Nunes e A. V. da Silva Macedo (orgs.), *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*, pags. 236-277. São Paulo: Global, 2002b.

RIBEIRO, Berta Gleizer. *Dicionário do artesanato indígena*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1988.

_____. *Arte indígena, linguagem visual/Indigenous art, visual language*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1989.

RICARDO, Carlos Alberto (ed.). *Povos indígenas do Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socio-ambiental, 2000.

SILVA, F. A. *As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. Doutorado (Tese). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.

VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

VIDAL, Lux. A pintura corporal e a arte gráfica entre os Kayapó-Xikrin do Cateté. Em _____ (org.), *Grafismo indígena: estudo de antropologia estética*, pags. 143-189. São Paulo: Studio Nobel/Edusp e FAPESP, 1992.

VIDAL, Lux e MÜLLER, Regina. Pintura e adornos corporais. Em B. Gleizer Ribeiro (org.), *Suma etnológica brasileira*. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*. Petrópolis: Vozes/FINEP, vol. 3-Arte Índia, 1986.

WARAT, Luís Alberto. *A ciência jurídica e seus dois maridos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

Resumo

O trabalho versa sobre brinquedos, ou melhor, utensílios lúdico-infantis, encontrados no acervo etnográfico do Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo, da Universidade Federal do Pará, e também no relato etnográfico sobre as brincadeiras de crianças pertencentes ao povo Xikrín. Os brinquedos são tomados como modos particulares de apropriação de objetos utilizados pelas crianças no cotidiano de cada sociedade, desempenhando muitas vezes uma tripla tarefa: divertir, educar e construir as representações e os modos de socialização das crianças. Por outro lado, o ato de brincar evidencia a liberdade das crianças indígenas no processo de (re)apropriação dos valores culturais, entre os quais, o “saber da criança” mescla-se ao “saber sobre a criança” para construir a noção nativa do “saber tornar-se criança”, condições antropológicas que reclamam a tradução intercultural dos direitos voltados às crianças indígenas.

Palavras-chave: Brinquedos, brincadeiras, crianças indígenas, coleções etnográficas, direitos.

Data de recebimento: 22/07/14

Data de aceitação: 15/10/14



Rita de Cássia Domingues-Lopes

Antropóloga, mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Tocantinópolis.

E-mail: ritalopes31@yahoo.com.br



Assis da Costa Oliveira

Advogado, mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), professor da Faculdade de Etnodesenvolvimento da UFPA, Campus de Altamira.

E-mail: assisdco@gmail.com



Jane Felipe Beltrão

Antropóloga e Historiadora, doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: janebeltrao@gmail.com

O Uruguai e a redução da maioria penal

O fracasso eleitoral do punitivismo

ENTREVISTA DE

Adriana Molas

COM *Luis Eduardo Morás*



Adriana Molas: Qual é a sua formação e o seu vínculo com os temas da infância e da adolescência?

Luis Eduardo Morás: Em 1999 terminei o doutorado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) sob a estimulante orientação de Luiz Eduardo Soares. A minha área de especialização está vinculada principalmente aos temas da violência, dos adolescen-

tes em conflito com a lei, e à segurança cidadã. Fui assessor do Ministério do Interior durante o primeiro governo da Frente Ampla, assim como de vários organismos internacionais, como UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Atualmente, eu sou diretor do Instituto de Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade da República (Uruguai). Durante o ano de 2014, fui designado para integrar uma comissão da Universidade da República para promover o pronunciamento público da instituição sobre o plebiscito para reduzir a maioria penal e também nesse ano colaborei na elaboração do Relatório Alternativo apresentado pelo Comitê dos Direitos da Criança (Uruguai) ante o Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas.

Adriana Molas: Como você vê a situação atual da adolescência no Uruguai, em relação ao problema da segurança cidadã e do conflito com a lei penal?

Luis Eduardo Morás: No que diz respeito à situação da infância e da adolescência, o nosso país tem um sério problema, que é a histórica dívida social com este setor da sociedade. Apesar do ciclo favorável de crescimento econômico que se mantém há uma década, as crianças, os adolescentes e os jovens são os que apresentam maiores níveis de desigualdade na sociedade. Embora, em termos globais, a pobreza e a indigência tenham sido notoriamente reduzidas, em termos comparativos continua existindo uma relação de sete a oito vezes mais crianças pobres do que adultos; a taxa de desemprego para os menores de 24 anos é três vezes superior ao total existente na nossa sociedade e a informalidade do emprego, ou seja, a ausência de proteções sociais, empregos de baixa qualidade e baixos salários, se duplica se comparamos os jovens com os adultos. Sem dúvida, pode-se dizer que as crianças e os jovens não só são os primeiros afetados nas épocas de crise econômica, como também são os últimos a se beneficiarem dos ciclos de auge, já que não conseguem ser plenamente atingidos pelo crescente bem-estar.

A esta realidade estrutural, soma-se o fato de que a sociedade uruguaia é uma sociedade envelhecida; os adolescentes e os jovens tendem a ser percebidos como um problema e são visualizados como os principais culpados dos males sociais existentes. Particularmente, se são pobres e vivem em determinados bairros que os meios de comunicação e a sociedade percebem como zonas perigosas, passam-se a somar às carências materiais os estigmas da constante suspeita de eles reproduzirem, junto com as suas misérias cotidianas, os comportamentos desviados e a multiplicação da delinquência.

Esta realidade se reflete no funcionamento da justiça penal adolescente: a maior parte dos casos que chegam é de delitos contra a propriedade, provém dos setores sociais mais pobres e a medida judicial mais aplicada é a privação de liberdade, panorama geral que não variou substancialmente nas últimas décadas.

Apesar da aprovação do Código da Criança e do Adolescente em 2004, que promove a proteção integral como paradigma e reúne os fundamentos da Convenção dos Direitos da Criança, continua dominando, na maioria dos operadores do sistema e

nas práticas cotidianas, a velha doutrina da situação irregular. Isso levou a uma crise do sistema de privação de liberdade, que reitera a paisagem cíclica de permanente crise das instituições de reforma que não cumprem a sua função básica e essencial: devolver à sociedade um adolescente em melhores condições que aquelas que o levaram a entrar na instituição. A violência estrutural imperante e a contínua violação de mínimos direitos não parece ser parte de uma patologia conjuntural e sim da própria anatomia de um sistema de privação de liberdade, que assiste a um contínuo crescimento que supera as possibilidades destas instituições. Também contribuiu para esta situação o fato de que, durante o governo atual, foram endurecidas as penas e tipificadas novas infrações para adolescentes, o que gerou sérias carências de base, mas, fundamentalmente, a impossibilidade de sustentar o crescimento da população privada de liberdade com um quadro de técnicos e de educadores capacitados para a tarefa. Por sua vez, estas modificações legais que determinaram maior severidade nas normas penais, são claramente contrárias ao espírito da normativa internacional e inclusive do próprio Código da Criança e do Adolescente, que estabeleceu a privação de liberdade como uma medida de último recurso.

Adriana Molas: Houve mudanças importantes no perfil dos adolescentes em conflito com a lei que chegam à Justiça?

Luis Eduardo Morás: Uma análise rápida das estatísticas judiciais disponíveis desmente com sólida evidência uma série de mitos existentes na opinião pública. Em particular, aqueles de que os jovens são os principais culpados pela situação de insegurança e que existe uma mudança radical no tipo de violência desenvolvida ou nas motivações dos adolescentes infratores.

Ao contrário do que a população acredita, a participação dos jovens na prática de delitos é baixa em relação à dos adultos e nos últimos 20 anos nunca superou 10% do total de delitos denunciados. Eles também não são os principais protagonistas dos delitos de mais impacto contra a pessoa, como o homicídio e a violação; a esmagadora maioria dos casos que chegam à Justiça juvenil é de delitos contra a propriedade (furtos e roubos).

Outro mito que os meios de comunicação reproduzem e a sociedade assume acriticamente tem a ver com o perfil dos adolescentes privados de liberdade e a sua relação com o consumo de drogas e o mundo do trabalho. De acordo com um recente diagnóstico realizado na Faculdade de Direito, baseado em um censo do total de adolescentes privados de liberdade no ano de 2013, aqueles que apresentavam um consumo problemático de drogas eram uma minoria. Por outro lado, a maior parte deles tinha antecedentes de trabalho, claro que em trabalhos precários sem proteções formais. A partir daí, é possível discutir, com a evidência que os dados fornecem, as habituais ideias hegemônicas de que estes jovens rechaçam profundamente o mundo dos estudos ou do trabalho, assim como a existência de subculturas delitivas consolidadas, que promovem uma inevitável escala de valores diferenciada do resto da sociedade, tornando praticamente inevitável assumir outra vida que não seja a da delinquência. O diagnóstico sobre a infração adolescente que realizamos nos aproximou mais das tentativas de explicação que dão ênfase

à falta de oportunidades educativas ou de trabalho, em uma linha próxima ao que David Matza chamou “deriva” e que Gabriel Kessler desenvolve nos seus trabalhos com o caso argentino e que aborda como passagens intermitentes entre o mundo do trabalho precário e as ocasionais atividades delitivas.

Adriana Molas: A sociedade tende a ver esses adolescentes como os principais protagonistas de todos os males. Por que acontece isso?

Luis Eduardo Morás: Em certa medida, trata-se de um fenômeno recorrente. Em momentos de mudança social acelerada, os adolescentes e os jovens sintetizam o mal-estar difuso existente na sociedade. Atribuem a eles a responsabilidade por uma série de disfunções que não são responsabilidade deles, pelo contrário, frequentemente eles são os principais prejudicados. Se observarmos o funcionamento das principais instituições que modelaram os comportamentos e atitudes das sociedades durante o século XX, como a família, o trabalho, a educação e, inclusive, a religião, percebemos que estão imersas em grandes transformações e afundadas em um cenário de crise. É uma situação que não tem a ver somente com a eventual má gestão pontual e cotidiana dessas instituições e sim, com aspectos muito mais amplos e profundos relacionados a uma crise civilizatória do mundo contemporâneo. E, claro, como o sentido da própria palavra “crise” indica, estas mudanças, apesar de terem importantes custos, também apresentam múltiplos aspectos positivos. Por exemplo, a possibilidade de as mulheres terem uma autonomia que era desconhecida para a geração das nossas mães, possibilidade que para se concretizar demanda notáveis esforços e implica múltiplos custos de todo tipo.

Ao mesmo tempo, esta paisagem de mudanças civilizatórias, plena de complexidades e ambivalências, é frequentemente ressignificada pelos meios de comunicação e alguns setores políticos conservadores como uma inédita situação “catastrófica” contemporânea. Esta é uma tradução assimilada por boa parte dos cidadãos, que veem as mudanças como sinônimo de uma desordem incontrolável das instituições e associadas a um estado de generalizada decadência, anomia e imoralidade, que é promovida ou atuada principalmente pelos mais pobres e jovens.

Adriana Molas: Este seria um dos aspectos da crise das instituições da qual você falava, a crise da organização familiar?

Luis Eduardo Morás: A família é uma das instituições que experimentou as maiores mudanças em um curto espaço de tempo e se diz que ela atravessa uma importante deterioração das funções que cumpriu durante a modernidade. Mas aqui cabe a pergunta acerca de que família estamos falando, quais são as razões do mal-estar e como enfrentar os problemas que ela atravessa. De acordo com o último censo geral da população, a quantidade de lares chefiados por mulheres chega a mais de 40% do total. Se somarmos o resto dos lares com uma configuração unipessoal, coletiva etc., teremos o fato de que a distribuição normal é um lar “não tradicional” e o que é, estatisticamente, “desvio” passou a ser os lares tradicionais compostos por pai, mãe e filhos comuns. Pode-se dizer o mesmo sobre o divórcio – a sua quantidade supera amplamente o número anual de casamentos, motivo pelo qual já não se pode sustentar aquelas imagens do

passado que mostravam a ruptura matrimonial como um desvio em relação ao normativamente previsto. Claro, estas mudanças têm consequências de diversas índoles. Tomemos como exemplo a massiva inserção da mulher no mercado de trabalho. Há uma infinidade de aspectos positivos em termos de independência econômica e autonomia vital, mas também é verdade que, se analisarmos o mercado de trabalho por gênero, existem importantes disparidades no nível de inserção. Para uma tarefa igual e de mesma responsabilidade que a dos homens, as mulheres recebem salários consideravelmente inferiores. Por isso, as estatísticas mostram que as mulheres chefes de família apresentam maiores níveis de pobreza e, se são mulheres sem cônjuge e com filhos, algo que representa mais de 10% dos lares do país, o nível de pobreza se aprofunda ainda mais. Pode-se dizer o mesmo do divórcio, em muitos casos, uma verdadeira benção do presente praticamente desconhecida por nossas avós. O martírio começa quando se tenta fazer com que os homens cumpram os direitos e as obrigações compartilhadas, reconhecidas pelas normas, e quando se tenta conseguir um regime de visitas e pensões aceitáveis para as partes envolvidas.

Adriana Molas: De que modo estas mudanças na organização da família estão afetando a situação da adolescência como causadora do mal-estar social?

Luis Eduardo Morás: Talvez os exemplos anteriores sejam adequados para ilustrar como as crianças e os adolescentes são provavelmente os mais afetados por uma importante transformação para a qual não identificamos respostas institucionais apropriadas. Se eles compartilham o lar exclusivamente com a mãe, têm maiores probabilidades de cair na pobreza. Se não existem responsabilidades compartilhadas entre o casal, é provável que sejam reduzidas as possibilidades de apoio em situações de crise, de compartilhar momentos de lazer, de acompanhar o processo educativo institucional. E neste plano, a nova configuração da família vem impondo novos desafios ao sistema educativo, outra das instituições pilares durante a modernidade e que hoje enfrenta grandes questionamentos. São impressionantes as mensagens, em todos os níveis, sobre a suposta decadência e o fracasso generalizado do sistema educativo em nível escolar e secundário e, inclusive, das instituições universitárias. Em boa parte, é uma acusação injusta, não existe a tão mencionada catástrofe, pelo menos em termos quantitativos, já que a cobertura do sistema educativo em todos os níveis não parou de crescer nos últimos anos. Com relação ao passado, há uma maior proporção de crianças e de adolescentes incluídos no sistema educativo. Não tem nenhuma catástrofe aí, ainda que seja verdade que existe, sim, uma importante crise na medida em que a educação enfrenta novos desafios nas sociedades atuais para os quais não foi preparada. Nas palavras de Ignacio Lewkowicz, esta encontra dificuldades tanto para formar um cidadão que já não existe nos mesmos termos do século XIX como também encontra obstáculos para a inserção no mercado de trabalho, dadas as vertiginosas mudanças tecnológicas e produtivas. Por um lado, ela continua sendo uma instituição fundamental, por outro, se esvaziou de conteúdo, e esta realidade é muito mais pronunciada entre os adolescentes mais pobres, que mostram 'déficit' familiar, de redes de apoio comunitária e programas sociais de qualidade.

Adriana Molas: Existe uma relação importante entre as possibilidades de entrada no sistema educativo e no mercado de trabalho e as redes sociais-familiares?

Luis Eduardo Morás: Creio que dois dos principais problemas atuais da educação têm a ver com a inadequação que apresentam em relação ao mercado de trabalho. Até algum tempo atrás, aqueles que estudavam uma determinada quantidade de anos quase que automaticamente entravam no mercado de trabalho, com uma série de direitos associados à condição salarial e, previsivelmente, com uma grande estabilidade no tempo de emprego. A educação era a chave que permitia abrir essa porta, mas hoje não é linear nem evidente que alguém obtenha uma formação definitiva depois da passagem por uma instituição educativa, nem que esse emprego seja estável ou conte com as proteções sociais correspondentes. Em outras palavras, o emprego se torna precário, instável, desprotegido para todos, mas ainda mais para os mais pobres. Por outra parte, o vínculo com o mercado de trabalho responde cada vez menos à meritocracia educativa e às conquistas obtidas, pelo menos nos setores menos qualificados. De acordo com uma pesquisa do Instituto Nacional da Juventude (INJU), oito de cada dez primeiras experiências de trabalho entre os jovens são por redes de contato. Ou seja, o que define a conquista de um emprego não é a quantidade de anos de estudo ou a escolaridade, e sim os vínculos, relações e recomendações. A pergunta que surge, então, é como motivar a permanecer no sistema educativo os adolescentes pobres que, ao mesmo tempo que têm maiores urgências vitais, carecem de redes de apoio que os vinculem a um emprego digno. Vêm daí, definitivamente, as preocupações midiáticas e os zelos cidadãos que os jovens “nem-nem” (nem estudam nem trabalham) despertam ao serem percebidos como potenciais perigos sociais. Eles deveriam ser tratados, na realidade, como jovens “sem-sem” (sem educação apropriada, sem acesso a emprego digno), onde as principais responsabilidades se encontram no mundo adulto. Esta realidade se torna mais evidente quando analisamos mais detalhadamente as características dos temíveis “nem-nem” e observamos que a maioria é composta por jovens desempregados do sexo masculino que procuram emprego pela primeira vez e por mães jovens, com os filhos sob sua responsabilidade, que abandonaram os estudos. Evidentemente, a falha não está nos jovens, e sim na ausência de uma nova geração de políticas sociais, que implemente um moderno sistema de cuidados que atenda a estas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, que promova incentivos para continuarem os estudos e que ofereça cobertura para as tarefas não remuneradas do lar que as jovens mães realizam, impedindo-as de continuar com os estudos ou terem acesso ao mercado de trabalho.

Claro que esta não é a leitura predominante que realizam os meios de comunicação massivos e os setores conservadores. Todas as tensões e novos desafios terminam sendo catalogados como uma catástrofe sem precedentes e, aplicando um olhar reducionista às complexidades, depositam as principais responsabilidades da suposta situação de caos sobre os mais vulneráveis e exigem políticas punitivas mais firmes para recuperar a ordem perdida.

Adriana Molas: No passado mês de outubro foi realizado no Uruguai um plebiscito que promovia um projeto de lei de reforma constitucional para reduzir a maioria penal adolescente. Você acha que este reducionismo no modo de compreender os problemas sociais, que você mencionou, pode ter incidido na realização do plebiscito?

Luis Eduardo Morás: É certo que para chegar a se fazer um plebiscito sobre uma reforma constitucional intervieram múltiplos fatores políticos. Mas, sem dúvida, esta configuração de ideias, nas quais se apresenta o país vivendo uma situação de violência e desordem social com características desconhecidas no passado e cujos exclusivos protagonistas são os adolescentes pobres, que devem ser penalizados como adultos, teve um papel fundamental. De fato, desde 2009 todas as pesquisas revelam que a segurança pública é a principal preocupação dos cidadãos.

Adriana Molas: Que considerações devemos tecer sobre a realização do plebiscito?

Luis Eduardo Morás: Em primeiro lugar, deve-se destacar que fazer um plebiscito sobre uma reforma constitucional depois de se obter a quantidade de assinaturas necessárias para habilitar a consulta era uma iniciativa inédita no país. E também representa uma questão original dentro da ampla gama de propostas do populismo penal que proliferam na região. Há muitos projetos de mudanças, em nível legislativo, para o endurecimento das normas penais, tanto no Brasil quanto em praticamente todo o continente. Mas convocar diretamente a população para se pronunciar sobre o assunto que gera maior preocupação, como a insegurança, e que promove medidas repressivas sobre aqueles que são responsabilizados por todos os males contemporâneos, representava um nível qualitativamente diferente. As consequências da reforma seriam muito graves no plano legal, mas também, e fundamentalmente, no campo simbólico, uma vez que se ela tivesse sido aprovada teria modificado a Constituição da República, que supostamente deve representar os valores mais gerais e superiores que unem a nação.

Em segundo lugar, a iniciativa surgiu dos grupos políticos mais conservadores, mas, de forma inteligente, transcendeu este grupo ao se configurar uma “Comissão para Viver em Paz”, cuja face mais visível e midiática são as próprias vítimas dos delitos. Em suma, era uma proposta na qual confluíam a principal preocupação dos cidadãos – a insegurança – e a natural sensibilidade coletiva que a dor das vítimas dos delitos desperta e que propunha a solução mais evidente imposta pelo senso comum criminológico diante do problema da violência: culpabilizar e penalizar os adolescentes mais pobres. Não era fácil enfrentar uma iniciativa com essas características, que, além disso, contava com uma amplíssima recepção nos meios de comunicação.

Adriana Molas: Que forças ou interesses incidiram nesta discussão?

Luis Eduardo Morás: Desde o primeiro momento, nós, das organizações sociais que trabalham em contato direto com crianças, adolescentes e universitários, entendemos que o projeto transcendia a mera “questão penal adolescente”. Desde a volta da democracia, em 1985, essa questão tinha gerado umas 20 propostas de reforma em nível legislativo, que não contavam com a maioria parlamentar para serem aprovadas. Sem dúvida, a dimensão das forças políticas, que conseguiram rapidamente obter 10% de assinaturas

dos eleitores para convocar a consulta popular, os apoios midiáticos e financeiros da campanha, transcendia o assunto mais imediato e se transformava em um plebiscito sobre uma agenda mais ampla de direitos trabalhosamente conquistados nos últimos anos. Em última instância, o plebiscito traduzia uma cosmovisão conservadora sobre a origem dos males contemporâneos. Apesar de, no plano mais imediato, os principais culpados serem os adolescentes pobres, as mudanças legais recentemente realizadas, como as leis sobre casamento igualitário, comercialização da cannabis, interrupção da gravidez etc., não estavam desvinculadas do estado de desordem generalizada e crescente violência.

A partir disso, pode-se dizer que o plebiscito configurava uma batalha cultural, ao promover uma visão sobre a origem dos problemas da violência e dos diversos males existentes, atribuindo responsabilidades específicas e se alimentando da extensão do medo para promover como única resposta possível o aprofundamento da punitividade.

Adriana Molas: Tudo parece indicar que a tarefa de enfrentar esta proposta constituiu um esforço importante de múltiplos atores e que o mais previsível era o triunfo da postura de reduzir a maioria penal.

Luis Eduardo Morás: Realmente, por volta do ano de 2011, as pesquisas de opinião pública mostravam que 70% da população concordava com a redução da idade de imputabilidade penal, aprovando a reforma constitucional. Nesse momento, não era fácil nem previsível ter sucesso em reverter o que parecia ser a culminação histórica de uma jogada de mestre dos setores políticos mais conservadores, principalmente se consideramos que o plebiscito era simultâneo às eleições presidenciais de novembro de 2014. Isso colocava o tema da insegurança como uma poderosa bandeira de confronto eleitoral e deixava a esquerda ante a incômoda perspectiva de ter que se opor ao projeto, abraçando uma causa previsivelmente perdida.

A primeira reação frente ao horizonte escuro veio das organizações que trabalham em contato direto com crianças e adolescentes e conhecem as múltiplas vulnerabilidades que os afetam e as contínuas violações aos seus direitos mais elementares. Estas organizações e militantes que, depois de anos, já estavam calejados diante das habituais críticas midiáticas e de setores políticos de serem “cúmplices dos delinquentes”, junto com os universitários, conseguiram dar forma a uma Comissão pelo “Não à redução”, que obteve a rápida adesão de militantes de associações, sindicatos, artistas e juventudes de partidos políticos. A heterogeneidade dos setores que a compunham e a forte representação de jovens começaram a reverter o pessimismo original, contrapondo ao discurso político hegemônico da demagogia “mão de ferro” as evidências do conhecimento especialista das mais variadas disciplinas. Também conseguiram mostrar a realidade dos adolescentes e algumas experiências de trabalho concreto de sucesso que as organizações comunitárias realizavam. As múltiplas jornadas e debates que se organizaram em nível local e dos bairros, com a presença de educadores, especialistas e técnicos, foram extremamente efetivas para expor a

ausência de sustentação técnica de uma reforma que promovia uma estigmatização dos mais vulneráveis e a expansão do encarceramento como suposta solução para o problema da insegurança.

Adriana Molas: No Brasil, nos últimos anos, também foram apresentados vários projetos para reduzir a idade de imputabilidade penal. A experiência uruguaia pode contribuir com alguma reflexão para o debate local?

Luis Eduardo Morás: Se olharmos os fundamentos expostos para reduzir a maioria penal e considerarmos a aliança de forças que impulsionam a mudança, chegaremos à conclusão de que não existem praticamente diferenças e que esta é uma onda de pensamento que percorre o continente. Sempre acompanho com muita atenção os debates sobre as políticas de segurança no Brasil, porque têm uma grande influência no Uruguai e até por motivos familiares realmente chama a atenção a coincidência de argumentos entre países que, em muitos aspectos, são tão diferentes.

Uma breve revisão da mitologia comum sobre o assunto e que não tem nenhuma evidência empírica: se afirma que os adolescentes são os culpados da maior parte dos delitos; que se vive uma situação de alarmante crescimento da violência como nunca existiu antes; que as leis são inadequadas ou obsoletas, dadas as mudanças existentes nos delitos ou nos próprios adolescentes; que os jovens de hoje já não são como os de antes; que a vertigem da tecnologia e as possibilidades que os meios de comunicação oferecem favorecem um amadurecimento precoce e como consequência eles devem ser responsabilizados como adultos desde os 16 anos; que reduzir a maioria penal é o caminho que estão fazendo todos os países; entre outras falácias que, reitero, não se sustentam em nenhuma evidência.

Mais sutilmente e em um plano simbólico e cultural mais relevante, as forças conservadoras que impulsionam estas reformas se apoiam em algumas ideias que também são comuns em ambas as realidades. Algumas delas podem ser sintetizadas na frase “os problemas de segurança não são de direita nem de esquerda, afetam a todos os cidadãos por igual”. Esta ideia constrói uma hegemonia em torno da repressão como única e inevitável suposta solução dos problemas; ideia que geralmente é reforçada pela afirmação de que esta perspectiva é compartilhada por “todos os cidadãos honestos”. Por esta via, a demanda por mais polícia, leis mais duras e maior quantidade de presos cada dia mais jovens deixa de ser patrimônio de uma visão conservadora do mundo e se transforma em um senso comum coletivo, que é difícil de rebater. Embora o aumento da punitividade, pelo menos no Uruguai, venha sendo apresentado há uns 20 anos sem resultados positivos, as mensagens conseguem consolidar uma hegemonia que coloca os que tentam opor-se a ela em posição de serem “cúmplices dos bandidos”. Assim, defender as garantias do estado de direito ou denunciar a constante violação de direitos humanos elementares dos presos passam a ser atos de extrema ingenuidade ou antiquado romantismo e, inclusive, representam uma ofensa à dor que experimentam as vítimas de delitos. Em última instância, não é difícil deduzir que as reformas legais propostas para penalizar os adolescentes promovem também um modelo de sociedade e traduzem um projeto político definido. Frente a

esta realidade e à dimensão do desafio que supõem, talvez o melhor legado que se pode extrair da experiência uruguaia seja o fato de que a derrota e o consequente retrocesso no campo dos direitos das crianças e dos adolescentes mais vulneráveis não são inevitáveis.

Adriana Molas:

Agradecemos a sua disposição em compartilhar, de forma profunda e franca, uma análise complexa do problema da adolescência em conflito com a lei penal. Esta análise nos permite compreender que a construção do adolescente infrator é resultante de uma multiplicidade de forças sociais, políticas, econômicas, que devem ser levadas em consideração na concepção, implementação e avaliação de políticas públicas específicas e dispositivos de intervenção.

Palavras chave:

maioridade penal, adolescência, plebiscito, Uruguai.



Luís Eduardo Morás

Doutor em Ciência Política (IUPERJ), sociólogo e atual diretor do Instituto de Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade da República, Uruguai. Especialista na área de violência e segurança pública.
lemoras@hotmail.com



Adriana Molas

Doutoranda no Instituto de Psicologia da UFRJ, mestra em Políticas Públicas e Direitos das Crianças na Universidade da República - Uruguai. Professora Adjunta da Faculdade de Psicologia da Universidade da República. Assessora do Comitê dos Direitos das Crianças no Uruguai.
adrimolas@gmail.com

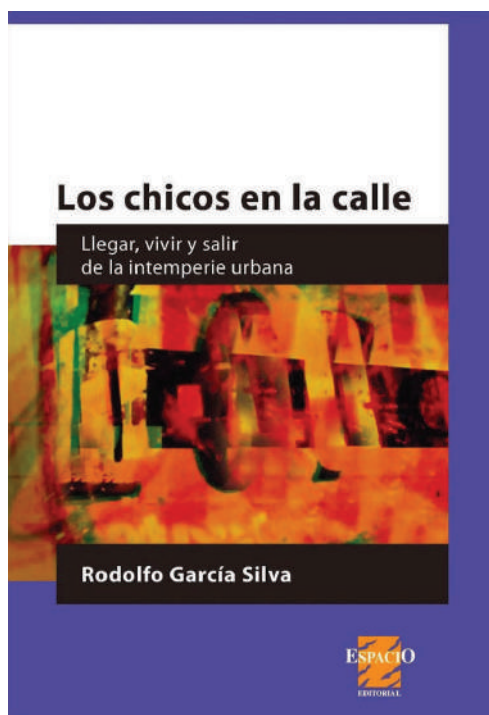
Los chicos en la calle

Llegar, vivir y salir de la intemperie urbana

de Rodolfo García Silva

RESENHA POR

María Florencia Gentile



Em busca de sentidos: experiências das crianças na rua

Como e por que chegam as crianças à rua? Como vivem nelas? Como as políticas e programas sociais intervêm sobre a situação delas? Tais são as perguntas que dão origem a este livro e que, como reconhece seu autor, são fáceis de formular mas difíceis de responder se se pretende evitar o olhar do déficit, tão presente na abordagem do tema, para destacar as singularidades e complexidades da vida na rua. Para respondê-las, este trabalho centra a sua análise na compreensão das experiências dos sujeitos dentro dos seus próprios marcos de referência, tanto das crianças e jovens em situação de rua quanto dos trabalhadores dos programas de atenção a eles.

É claro que embarcar em uma pesquisa sobre os “meninos de rua” supõe assumir o desafio que enfrentamos quando nas ciências sociais abordamos temas construídos antes como problemas públicos do que como problemas teóricos. Enquanto tal, a figura do “menino de rua” costuma ser considerada como paradigma da exclusão social da infância e ser caracterizada pela sua negatividade, por tudo aquilo que estes meninos não são, não têm, ou pelos espaços onde não estão. Como ressalta Riccardo Lucchini, no interessante “Prefácio” do livro, tal olhar se conjuga com a lógica do biopoder (em termos de Foucault) que considera estes meninos/as como ‘out of place’. E por isso, percebidos em termos de riscos objetivos (associando-os com a violência e a insegurança no espaço público) e subjetivos (a partir do olhar do desvio e da delinquência).

Frente a estes usos e supostos do problema, a escolha de Rodolfo García Silva é aplicar uma perspectiva socio-antropológica que permite mergulhar neste duplo interesse de pensar a rua e pensar a infância em condições de precariedade social, a partir de um olhar etnográfico interessado em dar entidade a esta forma de vida através da voz dos atores, da heterogeneidade dos seus pontos de vista e trajetórias, das suas emoções e das práticas e relações que revelam. Seu trabalho se centra nos meninos e meninas das ruas da Estação “La Cañada”, uma importante localidade da conurbação bonaerense; e tanto suas experiências quanto a dos que trabalham com eles em um programa estatal de assistência constituem o coração da análise do livro. Desta maneira, ali onde outros olhares identificam só anomia, carências ou pura negatividade, García Silva consegue reconstruir sociabilidades e modos de integração social específicas que dão formas a experiências particulares da infância e da juventude em nossas sociedades.

Antes de abordar as perguntas que estruturam os três capítulos do livro, na “Introdução” se sistematizam e detalham os fundamentos teóricos e metodológicos da construção do objeto de estudo. Nela o autor organiza as contribuições e vazios das (relativamente escassas) pesquisas sobre o tema na Argentina, reconhecendo que a convivência de interesses acadêmicos e de intervenção sobre esta população tornou predominante um olhar normativo orientado pelo enfoque de direitos bastante centrado nas distâncias entre os preceitos jurídicos e as práticas institucionais. Ele identifica três perspectivas a partir das quais se tem estudado o fenômeno: uma ‘estrutural’, interessada em identificar as carências socioestruturais na origem do fenômeno; uma ‘socioinstitucional’, sobre as modalidades de intervenção sobre a população de rua e as deficiências do enfoque de direitos; e uma perspectiva ‘sociocultural’, interessada nas experiências, ações e pontos de vista dos atores – linha que o autor retoma em seu próprio enfoque. Mas estes eixos marcam também momentos distintos da própria reflexão atravessada na construção do objeto de estudo e da sua abordagem, tal como se observa na apresentação das decisões teóricas e metodológicas adotadas ao longo do processo de pesquisa.

No primeiro capítulo do livro, García Silva procura compreender porque os meninos se afastam dos seus lares e chegam às ruas. O argumento apresentado procura superar as clássicas tensões entre enfoques objetivistas e subjetivistas para compreender o modo em que ambos tipos de fatores se relacionam e convergem nas experiências deles. Ao se ocupar das características das famílias e bairros de origem, ficam em evidência as condições de vulnerabilidade e instabilidade social e familiar, que dificultam a organização de uma vida estável e o desempenho de funções de cuidado e de atenção nas famílias mais numerosas; tanto quanto a frequência de situações de violência nos lares dos quais estes meninos se afastam. Diante delas, o trabalho aponta as experiências complexas e contraditórias dos meninos e jovens: sofrimento e sentimentos de rechaço e desamor, a oscilação entre o amor e o ressentimento em relação à figura da mãe, o fastio em seus lares frente aos atrativos que a rua oferece. Em linha com o que foi identificado em pesquisas anteriores, se destaca que o “abandono” do lar não é um acontecimento pontual de ruptura com os laços familiares, e sim de um processo de permanente movimento e alternância entre a casa e a rua. O capítulo conclui que tal “saída” para a rua é resultado

então tanto da necessidade como da busca de sentidos existenciais que eles não encontram nos espaços dos quais partem.

O segundo capítulo se centra nas características da vida “na rua”. O olhar etnográfico com que se aborda este espaço social permite restituir as tramas relacionais, moralidades e sentidos das formas de inscrição e existência social que se revelam neste mundo de vida. O trabalho reconstrói certas práticas, maneiras de ser e de fazer dos meninos que vivem na rua, onde a integração a um grupo de pares é predominante: as aventuras e entretenimentos, os afetos e amizades, as brigas, roubos e o consumo de drogas. Todas elas são analisadas em suas facetas paradoxais, posto que por um lado se apresentam como resposta a necessidades de sobrevivência, proteção e diversão, e também permitem estabelecer laços afetivos e fontes de reconhecimento e dignidade pessoal, mas por sua vez supõem uma alta exposição a riscos e perigos, de feridas, vícios e detenções, até enfermidades e a morte. Diante delas, a intenção de “serem resgatados” que os próprios meninos e meninas manifestam em distintos momentos das suas trajetórias põe em evidência a tensão entre, por um lado, o desejo e a vontade de integração a espaços tradicionais de socialização, por outro, os hábitos e sentidos incorporados na rua; e por último, a precariedade dos recursos e suportes sociais e institucionais com os quais contam para enfrentá-la. A este jogo de tensões é necessário somar o papel das intervenções institucionais sobre esta população, abordadas no último capítulo.

De fato, no último capítulo se analisam as características e desafios das ações de intervenção no território bonaerense “La Cañada”. Depois de uma apresentação dos atores institucionais que atuam no território (tanto ONGs quanto o programa estatal no qual se baseia o trabalho de campo), se identificam duas estratégias principais de ação institucional: as destinadas à redução de danos ou acompanhamento da vida na rua, e as que buscam gerar alternativas ao modo de vida da rua. Nas dificuldades e paradoxos destas se centra a análise do programa estatal, no qual se recuperam também as vicissitudes e experiências dos próprios trabalhadores na tarefa de intervenção. Aparecem assim os avatares do recente processo de institucionalização do sistema de proteção integral nos territórios locais, manifestado na proliferação de programas e de organizações de proteção e restituição de direitos, na instabilidade de tais projetos de intervenção, nas condições de precarização do trabalho com as quais lidam os trabalhadores, na escassez de recursos econômicos, de pessoal e institucionais que limitam as estratégias realmente implementadas para além das intenções normativas. E diante disso, a empatia, a angústia, a resignação e finalmente o desgaste que isso gera nos agentes que levam adiante estes projetos.

Através de todo este percurso, o livro constitui uma contribuição importante para o olhar compreensivo das experiências e trajetórias dos meninos e meninas de rua e os modos de atenção institucional, e como tal, pode se converter em uma interessante ferramenta para o desenho de políticas públicas. A especificidade do olhar de García Silva é de colocar o foco da atenção nos sentidos daquelas práticas que aparecem socialmente identificadas como irracionais e carentes de tais, sendo o próprio abandono do lar para a rua a primeira entre elas. Nesse caminho, o autor afirma a dificuldade dos meninos e

meninas para encontrarem sentidos para a sua existência como produto das condições de instabilidade e marginalidade das suas famílias e lugares de origem, e a saída para a rua aparece como sua busca. É neste ponto onde o argumento do trabalho se enfrenta ao risco de ser interpretado a partir do mesmo lugar do qual tenta se distanciar: uma explicação centrada no déficit – neste caso, a carência de sentidos como origem do fenômeno. No entanto, o risco que corre vale a pena já que é essa mesma preocupação que o leva a se ocupar especialmente de registrar de maneira aguda os sentimentos e dilemas morais que experimentam tanto os meninos e meninas nas ruas, quanto também os operadores que trabalham nos programas de atenção, e até ele mesmo como pesquisador. A particular sensibilidade com que Rodolfo García Silva consegue nos mostrar tais sentimentos e os dilemas morais e humanos aos que os protagonistas da sua pesquisa se enfrentam, consegue produzir nos leitores uma empatia tal e um compromisso afetivo (e o “Epílogo” do livro é o momento culminante disso) que consegue nos sacudir do lugar cômodo de leitores e testemunhas passivas de um relato, e nos leva a nos mobilizarmos, a reagirmos e tomarmos posição. E é esta, então, uma contribuição mais do que significativa ao que uma pesquisa acadêmica sobre o tema pode pretender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Silva, R. G. **Los chicos en la calle: llegar, vivir y salir de la interperie urbana**. Buenos Aires: Espacio Editora, 2014.

Palavras-chave: meninos, meninas, rua, experiência urbana

Data de recebimento: 03/10/2014

Data de aceitação: 04/11/2014

María Florencia Gentile

*Pesquisadora-Docente da Área
de Sociologia, Instituto de
Ciencias, Universidad Nacional de
General Sarmiento.*

mflorgentile@yahoo.com

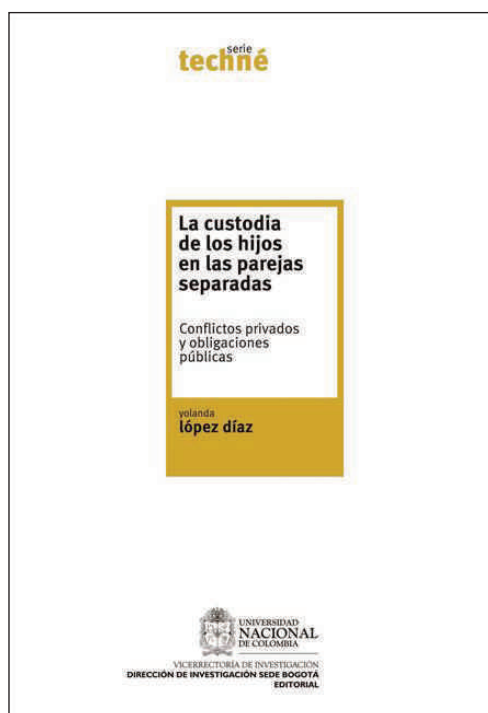
fgentile@ungs.edu.ar

La custodia de los hijos en las parejas separadas: conflictos privados y obligaciones públicas

de Yolanda López Díaz

RESENHA POR

Bárbara Zapata Cadavid



Paradoxos da proteção: nadando debaixo da água dos conflitos familiares

“As palavras são como a película superficial das águas profundas. As histórias são conseguidas, justamente, nadando debaixo d’água”.

RODARI, 1983

O livro “La custodia de los hijos en las parejas separadas: conflictos privados y obligaciones públicas” é uma obra que merece ser lida várias vezes, e não porque seja difícil de compreender – ainda que não se trate de um tema simples –, mas sim pela necessidade

de encontrar em cada encontro com a autora, a professora Yolanda López Díaz, diferentes conexões com os assuntos que se entrelaçam no texto e que vão formando uma trama que pode ser compreendida de diferentes maneiras possíveis, de acordo com a aresta escolhida como foco da reflexão.

Acontece o mesmo que com a pedra que atiramos no espelho de um lago e que ao cair produz uma série de ondas concêntricas que continuam avançando, que se propagam

à medida que os focos reproduzidos pelo foco inicial da queda da pedra no centro do lago geram ondas secundárias que, não por serem secundárias e mesmo que já não sejam perceptíveis, muito provavelmente continuarão vibrando no interior dos materiais que fazem parte das margens que contém o lago, mesmo que também não seja possível vê-las.

Em sua passagem, a energia e o movimento que as ondas produzem vão *tocando* e afetando de modo distinto os elementos que fazem parte dos micromundos que se encontram no lago: as flores flutuantes, a bola esquecida por alguém, um barquinho de papel que navega por lá e a libélula que desliza sobre a superfície da água. Seres e “objetos que existiam, cada por seu lado, que estavam tranquilos e isolados, mas que agora se veem unidos por um efeito de oscilação que afeta a todos eles. Um efeito que, de alguma maneira, pôs eles em contato, emparentando-os” (RODARI, 1983, p. 8).

O livro “La custodia de los hijos en las parejas separadas” equivale, continuando com a metáfora, ao foco inicial que, ainda que aparentemente breve e comprimido, contém uma potência capaz de se reproduzir infinitamente.

Efetivamente, se trata de um texto breve, apesar de não ser pouco denso por causa disso. A profundidade com que quem o produz se permite pensar, exige que a sua leitura seja feita com este mesmo referencial, como se fosse um pulso ou pequena perturbação de curta duração que se transmite, não obstante, a todos os pontos da superfície que ele toca.

A autora anuncia que são três os discursos que o livro considera e examina, por se tratarem dos temas que sustentam a análise dos aspectos que a pesquisa registra e dos quais se ocupam, por sua vez, aqueles que atendem os conflitos que a disputa dos casais separados pela custódia dos filhos e filhas provoca: “os direitos’ como marco jurídico de interpretação e de ação institucional, a disjunção entre ‘parentalidade’ e ‘conjugalidade’, como territórios que atualmente se diferenciam na intervenção do Estado como terceiro social, e ‘os imperativos da lei do bem-estar’, como demandas ineludíveis que recaem hoje sobre as funções de criação e de socialização dos progenitores” (DÍAZ, 2014, p.11). E, efetivamente, sobre os três tópicos avança a reflexão que a obra propõe e ilustra magistralmente; no entanto, cada um deles se comporta, no meu modo de ver, como um novo foco emissor que produz, por sua vez, novas ondas e diversas vibrações que convidam a explorar os mundos que habitam para além do plano em que se cava.

O primeiro – o dos direitos – apresenta a alteração dos significados ao se deslocar do âmbito sacralizado da família patriarcal, na qual tudo estava claramente estabelecido, definido e custodiado pela ordem social e cultural, para o terreno multifacetado das diversidades familiares. Este terreno multifacetado questiona as imagens tradicionais de homem e de mulher, a função da sexualidade, o casamento e o amor, e que obriga aos que fazem parte das famílias e aos que intervêm nos seus conflitos a colocarem na balança quais direitos são privilegiados e quais entram em contradição, de acordo com quais condições e circunstâncias particulares: os das crianças? os das mulheres? os da família extensa?

A parentalidade e a conjugalidade, que durante o curso de vida de uma família nuclear não são claramente distinguíveis, se apresentam como uma disjunção quando sobrevém a ruptura do casal, e se tornam evidentes as tarefas que a cultura e a norma atribuem aos responsáveis pela criação. O Estado entra como terceiro e marca os territórios dos pais, diferenciando-os dos ex-esposos, se é que eles ainda não o fazem, mesmo que se trate das mesmas pessoas. Neste nível se tornam evidentes várias das tensões nas quais transitam os estudos de família, e uma das dimensões é a sua participação no desenvolvimento social em relação ao qual os discursos hegemônicos tradicionais circunscrevem as relações familiares ao âmbito do doméstico, enquanto que paulatinamente novos estudos alternativos apreciam como as famílias têm presença e estabelecem relações entre o público e o privado através, justamente, de práticas como a parentalidade.

As funções de criação e socialização como tarefa dos pais na contemporaneidade estão subordinadas à lei do bem-estar assentada sobre dois pilares que a autora sustenta: o da nova posição da criança nas representações sociais e o do consumo, como valor exaltado e como recurso para tramitar os conflitos. A pergunta sobre quem pode prover melhor, com quem as crianças e adolescentes têm mais oportunidades de acesso aos bens e serviços oferecidos no mercado habitacional, no da saúde, no educativo e no do entretenimento, ronda os cenários das defensorias e dos consultórios psicossociais dos que carregam sobre os ombros a responsabilidade de definir a custódia e se superpõem, em não poucas circunstâncias, às que indagam sobre a disposição para o cuidado e o afeto.

Os processos destas famílias constituem verdadeiras tramas novelescas fraturadas pelo divórcio e pela separação e envolvidas em longas e penosas disputas que vão deixando pelo caminho intensa dor emocional, não só para os filhos envolvidos, mas também para aqueles que se envolvem nelas e com cujas manifestações devem lidar cotidianamente – os funcionários e funcionárias que os atendem. Destas novelas e contendas se ocupa a análise que efetua o livro que eu apresento e cuja leitura cuidadosa recomendo, pois fornece explicações alternativas e propõe novas perguntas.

O sétimo capítulo, que encerra a publicação, abre simultaneamente um novo e necessário debate acerca da figura da mãe como depositária preferida da custódia. Tópico que o texto situa na relação entre as inércias institucionais e as culturais, apesar dos intensos debates que, na academia e nas próprias instituições de controle, têm procurado demonstrar que o chamado “instinto materno” pouco tem a ver com a psicobiologia das mulheres, além das mudanças evidentes na maneira como, em certos setores da sociedade, os homens estão assumindo a masculinidade e defendendo seu direito a ser pai.

“Outros movimentos invisíveis se propagam em direção à profundidade, em todas as direções, enquanto que a pedra continua descendendo, afastando algas, assustando peixes, causando novas agitações. Quando finalmente toca o fundo, remove o limo, golpeia objetos caídos anteriormente e que repousavam esquecidos, altera a areia tapando alguns e descobrindo outros” (RODARI, op. cit., p. 8).

Abrem-se então novas perguntas sobre as relações na família, sobre as formas em que se assume a conjugalidade no mundo dos vínculos frágeis que anuncia Zygmunt Bauman

(2005), sobre a sua dissolução, e sobre o que significam a custódia e as múltiplas mediações possíveis entre o caráter público da norma jurídica e a norma social, e o íntimo da convivência com os mais próximos no âmbito familiar. São diversas as perguntas por construir, as explorações por enveredar, os saberes por produzir.

...E como no lago, a velocidade com que se propagam as ondas do conhecimento depende da elasticidade do meio no qual são geradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bauman, Z. *Amor líquido: Acerca de la fragilidad de los vínculos humanos*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

Díaz, Y. **La Custodia de los hijos en las parejas separadas: Conflictos privados y obligaciones públicas**. Universidad Nacional de Colombia, Vicerrectoría de Investigación. Bogotá: Ed. Dirección de Investigación, 2014.

Rodari, G. *Gramática de la Fantasía*. Barcelona: Editorial Argos Vergara, 1983.

Palavras-chave: custódia, filhos, casais separados

Data de recebimento: 06/10/2014

Data de aceitação: 27/01/2015

Bárbara Zapata Cadavid

Trabalhadora social, terapeuta sistêmica, docente da Universidad de Antioquia (Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Trabajo Social), docente da Universidad Pontificia Bolivariana (Facultad de Trabajo Social, Maestría y Especialización en Terapia Familiar y Estudios de Familia) e docente da Fundación Universitaria Luis Amigó (Especialización en Terapia Familiar).
barbarapeople28@gmail.com

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de **Dezembro de 2014 a Março de 2015**, cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 ***A história da criança por seu conselho de direitos***
ISBN 978 85 7106 530 -7
AUTORES: Siro Darlan e Luis Fernando Romão
EDITORIA: Revan, Rio de Janeiro, 184 páginas
- 2 ***Arte jovem: redesenhando fronteiras da produção artística e cultural***
ISBN 9788598555690
ORGANIZADORAS: Maria Isabel Mendes de Almeida e Fernanda Deborah Barbosa Lima
EDITORIA: Gramma, Rio de Janeiro, 147 páginas
- 3 ***Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições: a experiência do Alto Uruguai Gaúcho***
ISBN 978-85-444-0294-8
AUTOR: Thiago Ingrassia Pereira
EDITORIA: CRV, Curitiba, 244 páginas
- 4 ***Crítica de la vida cotidiana y contracultura juvenil. De las calles a las comunas posfamilia (Ensayos socio-antropológicos marxistas)***
ISBN 978-607-7957-86-7
AUTOR: Adame Cerón, Miguel Angel
EDITORIA: Itáca, México, 182 páginas
- 5 ***Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI***
ISBN 9788580542264
AUTORES: Antonio Augusto Pereira Prates e Ana Cristina Murta Collares.
EDITORIA: Fino Traço, Belo Horizonte, 184 páginas
- 6 ***Direitos Humanos na Pedagogia do Amanhã***
ISBN 978-85-7963-133-7
ORGANIZADOR: Geraldo Caliman
EDITORIA: Liber Livro, Brasília, 256 páginas
- 7 ***Diretor escolar - educador ou gerente?***
ISBN 9788524923166
AUTOR: Vitor Henrique Paro
EDITORIA: Cortez, São Paulo, 128 páginas
- 8 ***Educação, Convivência E Ética: Audácia E Esperança!***
ISBN 9788524923340
AUTOR: Mario Sérgio Cortella
EDITORIA: Cortez, São Paulo, 120 páginas

- 9 **Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula**
ISBN 978-85-7652-192-1
ORGANIZADOR: Amílcar Araujo Pereira
EDITORA: UNESCO, Brasília, 88 páginas
- 10 **Educação e trabalho na experiência juvenil**
ISBN 9788598555713
ORGANIZADORAS: Maria Isabel Mendes de Almeida e Fernanda Deborah Barbosa Lima
EDITORA: Gramma, Rio de Janeiro, 158 páginas
- 11 **Educação, história e cultura indígena: desafios e perspectivas no Vale do Itajaí**
ISBN 9788571142190
ORGANIZADORES: Lilian Blanck de Oliveira, Martin Kreuz e Rodrigo Wartha
EDITORA: FURB, Blumenau, 197 páginas
- 12 **Educação pelo Movimento na Infância - reflexões e ações humanizadoras**
ISBN 9788582000427
COORDENADORA: Marilise Brockstedt Lech
EDITORA: Méritos, Passo Fundo, 228 páginas
- 13 **Ensino médio: Contradições conceituais**
ISBN 978-85-444-0287-0
AUTORA: Gabriela Sousa Rêgo Pimentel
EDITORA: CRV, Curitiba, 174 páginas
- 14 **Direito ao ambiente como direito à vida - desafios para a educação em direitos humanos**
ISBN 9788524923074
AUTORAS: Léa Tiriba e Aida Maria Monteiro Silva
EDITORA: Cortez, São Paulo, 232 páginas
- 15 **Juventude: consumo, mídia e novas tecnologias**
ISBN 9788598555706
ORGANIZADORAS: Maria Isabel Mendes de Almeida e Fernanda Deborah Barbosa Lima
EDITORA: Gramma, Rio de Janeiro, 142 páginas
- 16 **Juventude, subjetividade e performance**
ISBN 9788598555720
ORGANIZADORAS: Maria Isabel Mendes de Almeida e Fernanda Deborah Barbosa Lima
EDITORA: Gramma, Rio de Janeiro, 144 páginas
- 17 **La reforma diz que heducativa**
ISBN 9786073129350
AUTOR: Rius
EDITORA: Grijalbo, México, 120 páginas
- 18 **Leitura, escrita e ensino**
ISBN 9788532309983
ORGANIZADORAS: Victoria Wilson e Jacqueline de Fatima dos Santos Morais
EDITORA: Ágora, São Paulo, 320 páginas
- 19 **Letras e textos**
ISBN 978-85-99829-76-9
AUTORES: Luiz Carlos Cagliari e Fabiana Giovani
EDITORA: Paulitana, São Paulo, 188 páginas

- 20** *Michel Foucault – O governo da infância*
ISBN 9788582172841
AUTOR: Haroldo de Resende
EDITORA: Grupo Autêntica, Belo Horizonte, 384 páginas
- 21** *O Brincar e a Aprendizagem na Infância*
ISBN 85-7429-150-1
AUTORA: Dagma Heinkel
EDITORA: Unijuí, Ijuí, 72 páginas
- 22** *Para una didáctica con perspectiva de género*
ISBN 978-84-15295-88-4
AUTORES: Ana María Bach, Mabel Alicia Campagnoli, Graciela Tejero Coni, Mónica da Cunha, Brisa Varela e Pablo Martín Vicari
EDITORA: Mino y Dávila, Buenos Aires, 272 páginas
- 23** *Psicologia do Desenvolvimento*
ISBN 978-85-7244-858-1
AUTORES: Geovanio Rossato, Nelson Piletti e Solange Marques Rossato
EDITORA: Contexto, São Paulo, 256 páginas
- 24** *Subjetividades, violência e trajetórias juvenis*
ISBN 9788598555683
ORGANIZADORAS: Maria Isabel Mendes de Almeida e Fernanda Deborah Barbosa Lima
EDITORA: Gramma, Rio de Janeiro, 102 páginas
- 25** *Temas de educação olhares e caminhos*
ISBN 978-85-444-0199-6
ORGANIZADORES: Elíone Maria Nogueira Diógenes e Francisco Ari de Andrade
EDITORA: CRV, Curitiba, 240 páginas
- 26** *Vamos brincar de quê?*
ISBN 9788532309945
ORGANIZADORES: Fabrício Santos Dias de Abreu e Daniele Nunes Henrique Silva
EDITORA: Summus, São Paulo, 160 páginas

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no sítio da própria revista: www.desidades.ufrj.br/submissao-de-artigo.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional.
7. Para as referências bibliográficas, colocadas em ordem alfabética ao final do texto, autoras e autores devem seguir o seguinte formato:

LIVROS

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 12ª ed.. São Paulo: Global, 2012.

REVISTAS OU PERIÓDICOS

TORRES, M. Carmen Euler e CASTRO, Lucia Rabello de. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. *Paidéia (USP)* 19 (42), 87-96, 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, Ana Lucia e ALMEIDA, Angela M. de Oliveira. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. Em L. Rabello de Castro e J. Correa (orgs.), *Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*, pags. 229-232. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. IHA 2009/2010: Adolescentes negros do sexo masculino são as principais vítimas de homicídios no Brasil. Disponível em: http://www.obs-criancaeadolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106. Acesso em 14 de abril de 2013.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

1. Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.
2. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a quatro mil palavras, fonte Arial 11, em extensão .doc ou .docx, espaçamento duplo.
3. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, seguido de até 4 (quatro) palavras-chave que abarquem a temática abordada no artigo.
4. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.
5. Para citações de autores no corpo do texto deve ser usada o sistema autor data (ex. LIMA, 1999, p. 27).

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista até 4 (quatro) palavras-chave.

Normas específicas para as RESENHAS

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras, fonte Arial 11, em extensão .doc ou .docx, espaçamento duplo.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha até 4 (quatro) palavras-chave.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser enviados para o correio eletrônico indicado no site da revista. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente.

Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

Instituto de Psicologia/NIPIAC

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250

22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil

55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328

www.desidades.ufrj.br

DESIDADES

***Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude***

**Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

